



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Ademar Duarte Fraga

GOIÁS, PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: aproveitamento socialmente compartilhado ou
exclusão social?

Goiânia – Goiás

2005

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Ademar Duarte Fraga		
E-mail:	ademarfraga@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:		CNPJ:	
Título:	GOIÁS, PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social?		
Palavras-chave:	Exclusão social; patrimônio mundial; capital simbólico; tradicionalismo		
Título em outra língua:	GOIÁS, WORLD HERITAGE SITE: Socially Shared Harnessing or Social Exclusion?		
Palavras-chave em outra língua:	Social exclusion; world heritage, symbolic capital; traditionalism		
Área de concentração:	Sociedade e Região		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	30/04/2005		
Programa de Pós-Graduação:	Sociologia		
Orientador (a):			
E-mail:	jordao.fchf.ufg@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: ____ / ____ / ____
Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

ADEMAR DUARTE FRAGA

GOIÁS, PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jordão Horta Nunes (UFG)

Goiânia – Goiás

2005

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Fraga, Ademar Duarte

Goiás, patrimônio da humanidade [manuscrito] : aproveitamento
socialmente compartilhado ou exclusão social? / Ademar Duarte
Fraga. - 2004.

107 f.

Orientador: Prof. Dr. Jordão Horta Nunes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Ciências Sociais (FCS) , Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2004.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

1. Exclusão social. 2. patrimônio mundial. 3. capital simbólico. 4.
tradicionalismo. I. Nunes, Jordão Horta, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

ADEMAR DUARTE FRAGA

Aos trinta dias do mês de abril de 2005, às 9 horas, no Miniauditório Luís Palacín da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado do mestrando **ADEMAR DUARTE FRAGA**, intitulada *Goiás, Patrimônio da Humanidade: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social?*. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 023/2005-FCHF, de 26 de abril de 2005, pelos seguintes Professores Doutores: Jordão Horta Nunes /UFG (Presidente), Francisco Chagas E. Rabelo (UFG) e Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB) – Suplente: Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza (UFG). O candidato apresentou o trabalho, os examinadores o argüiram e ele respondeu as argüições. Às 12:00 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos ao mestrando os seguintes resultados:

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr. Jordão Horta Nunes

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr. Francisco Chagas E. Rabelo

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr. Ellen Fensterseifer. Woortmann

Resultado Final

aprovado, com a recomendação da banca para que o mestrando continue as pesquisas para fins de publicação.

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Elder Pereira Dias, secretário, e pelos membros da Banca Examinadora.

Elder Pereira Dias

Dedicatória

A Leila, minha esposa e inestimável companheira de todos os momentos, às minhas filhas e eternas crianças: Mariana, Carolina e Gabriela.

Agradecimentos

Este trabalho recebeu apoio de uma preciosa rede de colaboração, formada por pessoas que, sempre de boa vontade, contribuíram com alguma parcela de seu conhecimento, informações, compartilharam suas memórias e proporcionaram depoimentos inestimáveis. Agradeço à população da Cidade de Goiás, em especial a todas as pessoas que, mesmo sem deixar nomes, contribuíram na feitura deste trabalho – bem como os de tantos outros colegas pesquisadores.

De modo muito especial, expresso perene reconhecimento ao meu orientador, Professor Doutor Jordão Horta Nunes, a quem muito devo, em quem vejo um elevado exemplo de homem de ciência e, em toda a sua simplicidade, o altivo saber humano.

Ao Professor Jordão agradeço, ainda, pela paciência e dedicação a este modesto projeto.

À Professora Doutora Ellen Fensterseifer Woortmann, membro da Banca Examinadora, antes de tudo, amiga, e ainda aquela Antropóloga que, perspicaz, distingui com impressionante facilidade, e generosamente aponta, como se pode ir além daquilo que nos aparenta ser, em dado momento do trabalho, um certo limite de conhecimento nas Ciências Sociais – em uma simples conversa, há sempre o estímulo e desafios ao avanço rumo a novas descobertas.

Agradeço ainda ao Professor Doutor Francisco Chagas Evangelista Rabelo, pelas preciosas lições transcorridas em cordiais informalidades de seu gabinete, em tardes modorrentas na UFG; à Professora Doutora Dalva Borges de Souza, cujas aulas e produção científica elucidaram consideravelmente para a fundamentação histórica deste trabalho e ainda à Professora Doutora Andréa Ferreira Delgado, uma grata referência acadêmica por seus inestimáveis estudos de memória e patrimônio histórico.

Aos colegas do Mestrado, aos funcionários da UFG, o meu muito obrigado.

*“Amo e canto com ternura
todo o errado de minha terra”
(Cora Coralina)*

Resumo

O presente estudo tem por objetivo examinar como o processo de inserção do sítio histórico da Cidade de Goiás no quadro de referência de Patrimônio Mundial, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e, percebido como uma modalidade de capital simbólico socialmente compartilhado, o patrimônio histórico demarca um campo em que seus agentes sociais assumem posições e redefinem a vida cultural e os destinos desta cidade. A escolha do tema resulta de nossas indagações exploratórias acerca do cotidiano da Cidade de Goiás que indicaram que o reordenamento do urbano, em razão desse processo, atualiza, naquele campo do patrimônio, as estruturas simbólicas da ordem social e política que remontam à ordem colonial. São princípios inconscientes, ancorados nos modos de vida antigos, que legitimam uma distribuição desigual do capital social inerente ao patrimônio coletivo e estabelecem novas expressões de poder fundamentadas no tradicionalismo. A análise compreende a constituição e demarcação do campo do patrimônio, bem como sua relação com o *Ethos* do tradicionalismo e, ainda, na base empírica, por meio de entrevistas e aplicações de questionários, como as percepções das pessoas correlacionam privações materiais e simbólicas com as formas de distribuição das modalidades de capital representadas pelo patrimônio histórico e pelo próprio título de Patrimônio da Humanidade.

Palavras-chave: Exclusão social; patrimônio mundial; capital simbólico; tradicionalismo

Abstract

This study aims to consider how insertion's process of the historic site of the City of Goiás in the World Heritage reference framework, by United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and, perceived as a symbolic capital of socially shared mode, the historic heritage delimits an area in which its social agents take positions and redefines cultural life and the destiny of this city. The theme's choice results of our exploratory inquiries about City of Goiás' daily that indicated the reordering of urban, due this process, updates, in that heritage's area, the symbolic structures of social and political order dating back to the colonial order. Are unconscious principles, anchored in the old ways of life, which legitimize unequal distribution of social capital inherent in the collective heritage and establish new expressions of power based on traditionalism. The analysis includes the conformation and demarcation of the heritage's area, as well as its relationship with the *Ethos* of traditionalism and, also, the empirical basis, through interviews and questionnaires applications, such as people's perceptions correlate material and symbolic deprivations with distribution's form of modalities of capital represented by the historic heritage and the very title of World Heritage.

Keywords: Social exclusion; world heritage, symbolic capital; traditionalism

LISTA DE SIGLAS

Funpel - Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Icomos - Conselho Internacional de Monumentos de Sítios Históricos

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

Iphan - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ovat - Organização Vilaboense de Artes e Tradições

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Introdução.....	13
1 Goiás, Patrimônio da Humanidade: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social?.....	18
Diversidade cultural e o campo do patrimônio.....	22
Espaço social e campo do patrimônio.....	25
Distinção de Goiás como cidade colonial.....	26
Capital social: múltiplas concepções.....	30
Capital social e poder.....	33
O sentido de patrimônio.....	34
2 Demarcação do campo do patrimônio.....	38
Retomada do tradicionalismo.....	42
Culto à tradição.....	46
3 Uma distinção: cidade histórica e cidade colonial.....	53
Atraso, decadência e campo do patrimônio.....	62
Decadência e atraso.....	64
<i>Ethos</i> e tradicionalismo.....	68
4 Oligarquia e patrimônio histórico.....	76
Campo do patrimônio e privilégios.....	80
Brasilete Caiado: paradigma do tradicionalismo.....	85
Nomes: referências e referentes culturais.....	88
Conclusão.....	91
Referência bibliográfica.....	96
Apêndice.....	100
Anexo.....	108

Introdução

Este trabalho tem como objetivo examinar o processo de exclusão simbólica correlativa à distribuição do capital simbólico constituinte do patrimônio histórico e cultural da cidade de Goiás, com seu sítio histórico elevado à categoria de Patrimônio Mundial. Inclui-se no foco desta análise o processo pelo qual a cidade se lança, a partir de meados da década de 1960, como candidata à rede de cidades turísticas brasileiras e, posteriormente, na virada do Século XX, à aquisição do referido título, ancorada na qualidade de seu conjunto arquitetônico de estilo colonial¹.

A cidade de Goiás, desde a década de 1950, já se encontrava, em parte, no quadro de referência do patrimônio histórico nacional. A partir de 1966, com um cenário político imposto pelo golpe militar de 1964, a correlação de forças políticas se altera. Os grupos de poder aliados dos centros de decisão desde a década de 1930, particularmente com a mudança da capital para Goiânia, se articulam, proporcionando um novo momento de vitalidade para os que permaneceram fiéis à identidade de vilaboense – denominação dos naturais de Vila Boa de Goiás, por tradição do codinome da cidade de Goiás².

Em junho de 2001, a Diretoria do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) referenda a indicação do Conselho Internacional de Monumentos de Sítios Históricos (Icomos) para que o centro histórico da cidade de Goiás receba o título de Patrimônio Mundial. Esse reconhecimento internacional, resultado da composição de forças políticas no campo do patrimônio, foi antecedido de intensas expectativas de mudanças no microcosmo social da cidade de Goiás, cuja história é marcada pela força de estigmas de “decadência”, “atraso” e “isolamento”, especialmente nas dimensões econômica e política.

O espaço urbano da cidade de Goiás, em função da pretensão ao título de Patrimônio Mundial – ou Patrimônio da Humanidade, como é preferencialmente denominado – passa por

¹ Por arquitetura colonial entende-se a arquitetura realizada no território brasileiro desde o ano de 1500 até a Independência, em 1822.

² A cidade de Goiás surgiu como Arraial de Sant´Ana em 1727. Com o nome de Vila Boa de Goiás, foi elevada à condição de capital da então criada capitania de Goiás, em 1749. Com a proclamação da Independência, em 1822, o Brasil Colônia torna-se Império e as capitanias passam a ser províncias. Em 1823, Vila Boa de Goiás é elevada à categoria de cidade e capital da província de Goiás, condição que manteve no período republicano, até a transferência definitiva da capital para Goiânia, pelo decreto assinado por Pedro Ludovico em 23 de março de 1937.

um reordenamento do seu centro histórico, implicando expressivo aporte de recursos públicos e privados destinados aos projetos de preservação do patrimônio material do sítio histórico. Houve, paralelamente, uma significativa expansão das atividades econômicas movidas pela expectativa do aumento do movimento de turistas, enquanto alimentavam-se esperanças – manifestas em entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo – de que, com o advento do título, haveria instalação de grandes empresas, chegada de indústrias e abertura de oportunidade de empregos, especialmente para os jovens.

Logo nos primeiros momentos, as expectativas de melhorias imediatas se diluem. O controle e a distribuição das formas de capital são percebidos pela coletividade como uma peculiaridade de grupos ou de pessoas de suas relações: são atributos da “panelinha” – como é vulgarmente denominado o grupo de pessoas identificadas com as prerrogativas do campo do patrimônio na cidade de Goiás, geralmente portadoras de sobrenomes que se impõem pela tradição das relações estabelecidas no microcosmo social local.

O pressuposto central deste trabalho é o de que o aproveitamento e compartilhamento do capital social inscrito no patrimônio coletivo instituído como Patrimônio da Humanidade, na cidade de Goiás, se dão de forma desigual em razão de o seu controle ser um atributo de grupos de poder cuja legitimidade inquestionável esta ancorada nos modos antigos de vida, ou seja, no tradicionalismo como prática social.

Entendo, em segundo lugar, que o reordenamento do espaço urbano, em função da inserção da cidade de Goiás na rede mundial de cidades turísticas, atualiza no campo do patrimônio as estruturas simbólicas da ordem social e política cujas origens remontam à ordem colonial. São estruturas incorporadas – *habitus*, conforme Bourdieu – cujos princípios inconscientes se encontram nas organizações das famílias que têm seus nomes associados ao espaço desse microcosmo social e às distinções preeminentes do campo do patrimônio e aos demais campos conexos, com o da política, da educação, da cultura e da economia local. Os nomes de família traduzem-se em uma ordem social elevada e asseguram distinção e legitimidade do reconhecimento no microcosmo social.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, trato do tema básico do campo do patrimônio – no que se insere Goiás com sua condição de cidade histórica e cidade colonial - , como campo de poder hegemônico. Trato ainda nessa unidade da noção do espaço social, em que se dão as relações de poder, espaço em que se definem as distinções sociais conferidas pelo volume de capital material e simbólico; espaço que, de alguma forma, se correlaciona com o espaço físico, particularmente o espaço urbano que compreende o sítio

histórico como *locus* simbólico da tradição: em função de sua preservação é que se atualiza e sobrevive o tradicionalismo.

Nesse capítulo, tematizo o sentido de patrimônio como uma modalidade de capital simbólico coletivamente compartilhado, a partir das orientações da política internacional, defendidas e adotadas pelo Iphan para a preservação do patrimônio cultural nacional. As práticas de valorização do conjunto de monumentos atribuem ao patrimônio cultural um potencial econômico, passando, assim a ter caráter produtivo, particularmente por agregar serviços relativos ao turismo.

No segundo capítulo, faço uma reflexão acerca da demarcação do campo do patrimônio em Goiás, em que os agentes sociais – particularmente os integrantes da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat) – assumem a condução da vida cultural e dos destinos da cidade, no sentido de que proporcionam a sua inserção na rede mundial de cidades turísticas e de promover a integração das estratégias que garantam importância econômica, política e visibilidade nacional, para, assim, restabelecer o sentido de sua existência por meio da reconstituição de sua identidade de cidade histórica.

No terceiro capítulo, procuro relacionar os discursos e as práticas sociais do campo do patrimônio como um modo de externar o devotamento às formas de vida associadas à tradição, compreendendo-as como estratégias de afirmação das posições dos agentes sociais no campo do patrimônio. Essa é uma modalidade de construção e de distinção da identidade de vilaboense, daquele agente social que, desde sempre, mantém-se fiel a Vila Boa de Goiás. A condição de cidade colonial, de estilo europeu, reordena-se em função da sua inserção na rede mundial de cidades turísticas e, como Patrimônio Mundial, amplia o reconhecimento da sua monumentalidade. Com a sua preservação, revitaliza-se e atualiza-se o apego às formas de vida tradicionais, com seu *Ethos* determinante para o campo do patrimônio.

O capítulo quatro é dedicado a relacionar o patrimônio histórico e a forma política da oligarquia, que se atualiza e sobrevive, como princípio de poder, mediada pela política de preservação do patrimônio histórico. Com dados da pesquisa empírica, evidencia-se a percepção coletiva de que são indissociáveis os ganhos – materiais e simbólicos – de agentes posicionados no campo do patrimônio, sejam agentes da gestão patrimonial, sejam os agentes econômicos e empreendedores de ramos que procuram ganhos agregados aos valores do capital social do patrimônio histórico, particularmente o turismo.

O campo do patrimônio é o espaço que exige o *Ethos* da tradição como condição para nele se ingressar. Nesse capítulo, estabeleço uma correção entre a organização familiar no Brasil, cujas concepções paradigmáticas se encontram em Gilberto Freyre e Buarque de Holada,

localizando no *Ethos* da família patriarcal a referência para o exercício da autoridade no campo do patrimônio. As privações materiais e simbólicas, identificadas nas percepções das pessoas que se dispuseram a responder o questionário, são por elas correlacionadas às formas desiguais de distribuição das vantagens materiais e simbólicas decorrentes das formas de capital representado pelo patrimônio histórico e pelo título de Patrimônio da Humanidade. A cidade ganha em autoestima. Para a maioria, ela se tornou melhor para viver, mas os principais beneficiários são os agentes vinculados à “panelinha” do patrimônio histórico.

A idéia de oligarquia traz consigo o *Ethos* do patriarcalismo. O campo do patrimônio pede, como essencial ao seu ingresso, um *habitus* que se funda nas práticas historicamente engendradas com o objetivo de garantir simbolicamente a estrutura da família patriarcal e da sua forma política, a oligarquia. Como paradigma desse modo de ser, apresento nesse capítulo uma referência à família Caiado, centrando na imagem emblemática de Brasilete Caiado a alusão ao tipo social da matriarca vilaboense que, referenciando-se na tradição de seu nome, exercer liderança e exercita seu poder de agente de posição privilegiada no campo do patrimônio.

O patrimônio histórico e cultural, como herança social e referência constitutiva do sentido de nação, visto como uma modalidade de capital coletivo, inspira expectativas e desperta esperanças de mudança social. O valor de sítio histórico da cidade de Goiás ganha dimensão internacional, sensibiliza a coletividade local e acentua o sentido de identidade vilaboense; agrega novos valores de capital social de natureza estrutural: ao valor histórico, agrega-se o capital simbólico propriamente, cujos efeitos específicos quanto à importância e ao reconhecimento social são negados à maioria da população.

O interesse pelo tema da exclusão social na dimensão simbólica se definiu com as sucessivas visitas de atividades de apoio às pesquisas desenvolvidas sobre as manifestações culturais na cidade de Goiás, na forma de registros fotográficos, em particular às que contribuíram na dissertação de mestrado da professora Leila Miguel Fraga, citada neste estudo, tematizando a festa do Divino Espírito Santo naquele município.

A pesquisa de campo se desenvolveu inicialmente por meio de entrevistas não estruturadas, no segundo semestre de 2003, concentrando-se no momento da realização do I Encontro de Cidades Históricas, na cidade de Goiás, em novembro daquele ano. No primeiro semestre de 2004, comecei a aplicar os questionários, cujos modelos se encontram anexos, com base na divisão por setores censitários estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A amostragem, considerando, à época, a existência de 7.855 domicílios e uma população de 26.850 habitantes na cidade de Goiás, conforme o Censo Demográfico do ano de 2000, do IBGE, se compôs de 320 entrevistas domiciliares, aplicadas em 16 dos 21 setores censitários. O questionário foi aplicado com a ajuda de três estudantes, moradores da cidade, sempre respondido em cada um dos domicílios visitados por um indivíduo maior de 16 anos.

O questionário teve as duas primeiras partes baseados nos critérios do IBGE para obter indicadores sociais. As questões subsequentes tiveram o objetivo de captar a constituição individual do sentido de patrimônio histórico e modo de a população perceber o significado da agregação de valores a esse patrimônio coletivo, tanto na dimensão material quanto propriamente simbólica, bem como seus efeitos específicos de capital simbólico a ser socialmente compartilhado. dados assim obtidos foram processados juntamente com a ajuda do software estatístico SPSS (SPSS Statistics).

Apoio-me, ainda, neste trabalho, na entrevista que realizei com Elder Camargo de Passos, um dos fundadores e dirigentes da Organização Vilaboense de Artes e Tradições - Ovat, e na análise de aspectos fundamentais de entrevistas constantes do Dossiê Villa Boa de Goyaz – Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista de Patrimônio da Humanidade, de 1999.

1 Goiás, Patrimônio da Humanidade: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social?

Em que medida o reordenamento do espaço urbano da cidade histórica contribui para a formação das características da existência cotidiana dos indivíduos e na vida coletiva? Como as práticas sociais conduzem a apropriação de valores do capital simbólico constituído pelo patrimônio histórico? O reordenamento do espaço urbano na cidade de Goiás, em função do projeto de sua inserção na rede mundial de cidades de potencial turístico, atualiza, de algum modo, as estruturas simbólicas e espaciais originárias desde a ordem colonial – abaladas na década de 1930, com a mudança da capital para Goiânia.

A idéia de *tradição*, indissociável de patrimônio histórico, comanda as representações que os agentes sociais fazem da cidade de Goiás e de sua vida coletiva e, por seus efeitos práticos cotidianos, atualiza e legitima o *tradicionalismo*, que é o apego a modos antigos de vida³, em que as redes de relações – ou capital social – são fundamentais. Conforme salienta Canclini (1997, p. 160): “o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos, quer dizer, o tradicionalismo substancialista”. As formas de apropriação e fruição simbólicas são, assim, orientadas por modos de relações sociais enraizadas no passado que se atualizam na contemporaneidade, no interior do processo de valorização dos bens culturais, preservando-se, desse modo, as antigas diferenças da hierarquia e divisões do mundo social.

A investigação sociológica, visando a entender o patrimônio histórico e cultural como uma forma específica de capital simbólico – uma forma de capital socialmente compartilhado – e tematizando o sentido da cidade de Goiás como *cidade histórica* e *Patrimônio da Humanidade*, implica enfrentar questões tais como: quais os efeitos atuais desses dois atributos do espaço urbano na representação e no sentimento comum de pertencimento e de identidade local? Com que e com quem se identifica o patrimônio cultural? Qual identidade se preserva no patrimônio histórico? Responder as essas questões requer também o exame de lutas e conflitos – abertos ou silenciados – acerca da nomeação e atribuição de valores aos bens coletivos, aos bens “móveis e imóveis”, que se projetam na

³ MANNHEIM (1986), op. cit.)

compreensão das dimensões física e simbólica de Goiás, enquanto cidade histórica e Patrimônio da Humanidade.

A natureza dos conflitos pode ser vista por sua correlação com as formas de apropriação de valores e legitimidade de fruição da modalidade específica de capital não-econômico que sua dúplici condição de sítio histórico e Patrimônio da Humanidade traduz. Assim, o foco de interesse de exame, apoiando-se no referencial teórico de Bourdieu que discutirei mais adiante, consiste nas práticas sociais correlatas à apropriação de valores e, por conseguinte, das formas de exclusão social relacionadas às especificidades do *campo do patrimônio*.

As estruturas desse campo caracterizam-se por princípios de divisão simbólica fundamentados no *tradicionalismo*, portador de normas de antigas formas de vida com poder de instituir classificações, estabelecer hierarquias e organizar o mundo social arbitrariamente, de conformidade com seus propósitos de distinção. Essas formas de vida apegadas à tradição, atualizando-se na legitimidade do campo do patrimônio, incorporam padrões e interesses externos, mas os negociam internamente, de modo a assegurar o predomínio do seu ponto de vista nesse campo, como microcosmo social.

A cidade de Goiás ingressou na rede mundial de cidades turísticas de modo decisivo em 2001, na condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, com distinção atribuída ao seu centro histórico pela Diretoria do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de conformidade com a avaliação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)⁴. Nas demarcações simbólicas locais, esse momento histórico é identificado como sendo o resultado de uma *luta da comunidade vilaboense* que se iniciou no início dos anos 90. No entanto, a minha pesquisa de campo evidencia que as criações simbólicas de exaltação da participação coletiva são postas em questão pela comunidade local: 92% da população pesquisada (*Gráfico 01*) declaram que não tiveram qualquer envolvimento com as áreas de atividade social correlacionadas ao patrimônio como instituição, demarcando, assim, objetivamente o processo de exclusão simbólica inerente ao campo do patrimônio.

⁴ O Icomos é uma associação civil, não-governamental, criada em 1964, com sede em Paris, ligada à Unesco, perante a qual responde pela proposição dos bens que receberão classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Mas se há uma menção da percepção primeira quanto à importância da cidade de Goiás, como referência de patrimônio cultural e cidade turística, esta se encontra na profecia de “O cântico da volta” (1956) que Cora Coralina escreveu assim que retornou a Goiás. Nesse poema, Cora, visionária, antecipa o destino da cidade em que o passado tem de se fazer presente, condicionado à consolidação de Goiânia e a construção futura de Brasília:

Uma nova esperança acena no horizonte. Com a expansão de Goiânia e com a possibilidade de mudança da Capital Federal para o planalto, Goiás será, sem dúvida, um centro de turismo dos mais interessantes do país. (CORALINA, Cântico da volta, 1956, Apud DELGADO, 2003)

Com essa percepção das condições de possibilidades da cidade de Goiás, Cora Coralina antevê o primeiro e fundamental elemento capaz de orientar a estrutura do mundo social, que é o processo de diferenciação progressiva (BOURDIEU, 1996, p. 147–8), que no caso da cidade de Goiás, culmina com a instituição de patrimônio histórico e Patrimônio Mundial.

O processo de reordenamento do espaço urbano na cidade de Goiás, em função do projeto de instituição de Patrimônio Mundial e, conseqüentemente, sua inserção e afirmação na rede mundial de cidades turísticas, se dão de modo que a organização espacial atenda a princípios de divisão simbólica do mundo social local. Assim, esse processo ocorre movido por lutas e estratégias de construções simbólicas que instituem formas de classificação, estabelecem hierarquias e visões do mundo social segundo os propósitos de distinção e, ao mesmo tempo, de conformidade com padrões e interesses externos, mas sempre negociado internamente. Desse modo, essas conexões de interesses locais e externos atualizam e reforçam formas ancestrais de práticas sociais em um meio marcado por relações fortemente hierarquizadas de convivência comunitária.

Essas conexões, em função da produção e da gestão do patrimônio cultural, se estabelecem a partir de um campo social com especificidades próprias: *o campo do patrimônio*, campo de poder, um campo de lutas simbólicas, em que as “disposições, ou seja o conjunto de propriedades incorporadas” (BOURDIEU, 1996, p. 24) e as formas de capital – cultural, econômico e político – se combinam, se reforçam e se tornam mais eficazes na dimensão do *capital social*, definido pela extensão da rede de relações sociais que pode ser mobilizada de forma efetiva. A noção de *campo de poder*, conforme a formulação teórica de

Bourdieu, remete-se à idéia de *espaço social*, que é a forma com que se apresentam todas as sociedades, exceto as menos diferenciadas. Conforme o autor,

Todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças cujo princípio é a estrutura de distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, de acordo com os lugares e o momento (BOURDIEU, 1996, p. 24)

O campo do poder é o meio em que se exercem as *forças sociais* e no qual entram em jogo as disposições, o conjunto de propriedades incorporadas. No campo do poder o que está em jogo é o *domínio*. O espaço social global é descrito, nessa perspectiva teórica,

(...) como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim, para a conservação ou a transformação de sua estrutura.” (id., p. 50)

Nesse campo do patrimônio, com regime discursivo e regras próprias, entram em jogo formas do poder simbólico que precisam ser conquistadas ou conservadas, e que tanto definem quanto são definidas pelas posições e disposições dos agentes sociais que a ele se incorporam. A definição desse campo de poder específico, com regime de funcionamento normatizado, e suas relações de forças decidem acerca do sucesso do compartilhamento social dos bens culturais inscritos como Patrimônio Histórico.

O campo do patrimônio é, ainda, delimitado como um domínio distinto da vida cotidiana, em que comportamentos dos agentes e os objetos que compõem sua materialidade obedecem a determinadas regras, tendo em vista as necessidades de realização de produtos culturais, destinados ao consumo turístico, produtos simbólicos estes capazes de estabelecer uma conexão do passado com o presente.

Diversidade cultural e o campo do patrimônio

Dada a extensão e a relevância do título de Patrimônio Mundial concedido ao sítio histórico da cidade de Goiás, o campo do patrimônio engloba e incorpora toda a cidade, produz sua imagem exterior e a imaginação dos seus cidadãos. A instituição de um discurso peculiar – o discurso do patrimônio, cujo fundamento é a proteção aos bens e à diversidade culturais –, a cargo dos detentores de maior volume de *capital cultural* e político, se faz de modo a justificar as ações e intervenções no mundo da sociedade local.

O fundamento da proteção à diversidade cultural, consoante o discurso do campo do patrimônio, implica “fortalecer os vínculos entre cultura e desenvolvimento mediante o estímulo das capacidades e o aproveitamento compartilhado do conhecimento (...)”⁵. O Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – define patrimônio cultural e natural pelo reconhecimento do traço comum de “um valor universal e excepcional” nos monumentos e sítios.⁶ Esse valor universal, situado na dimensão simbólica da história e da cultural, constitui também recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais do país, conforme reconhecem as Normas de Quito⁷.

Os monumentos e sítios histórico-artísticos têm a sua existência definida por um discurso que possui a faculdade da “construção de signos que pretendem representar o passado de uma cidade, de uma nação e de um conjunto da humanidade” (DELGADO, 2003 p.). Esse discurso, ao mesmo tempo em que exerce o poder de atribuir valores extrínsecos a monumentos e sítios, inscrevendo-os nas estruturas cognitivas como formas simbólicas convencionadas e reconhecidas universalmente por meio de uma organização internacional, institui também o sentido de um valor de outra natureza, vinculado ao seu aproveitamento no desenvolvimento econômico da região em que se inscreve.

A “valorização” de sítios e monumentos é definida nas Normas de Quito em termos da objetividade do capitalismo:

⁵ Documento da Unesco, constante do site: <http://www.unesco.org.br/programas/cultura/index.asp>

⁶ Carta de Paris – *Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e a impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais* – Conferência Geral da Unesco – 13ª sessão – In: Iphan, 2000, p. 97, *passim*

⁷ Normas de Quito – *Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico*. – OEA – Organização dos Estados Americanos. Quito, novembro/dezembro de 1967. In: Iphan, 2000, p. 108

em outras palavras, trata-se de incorporar um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo das minorias eruditas ao conhecimento e fruição das maiorias populares. (Normas de Quito, p. 111)

Essa noção introduz um princípio de diferenciação no campo do patrimônio, em que a idéia de capital socialmente herdado, como um recurso que não pode ser alienado com base em valor de mercado e que, desse modo, ultrapassa em sentido a materialidade dos interesses do mercado, passa a incorporar um “valor econômico”. Parafraseando Bourdieu: abre-se espaço para a coexistência antagônica da economia anti-“econômica” do valor intrínseco dos bens culturais, baseado na sua relevância para a humanidade, com a “economia” do “comercial” e do lucro “econômico”. (1996, p. 162)

A idéia de patrimônio, *heritage*, em *inglês*, *patrimoine*, em francês, traz consigo o sentido de apropriação, uma noção central nos discurso do patrimônio cultural. A apropriação, conforme assinala Gonçalves (1996, p.24), “implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade”.

Capital social e relações de forças: exclusão social

A inscrição da cidade de Goiás na rede mundial de cidades turísticas, na sua nova condição de Patrimônio da Humanidade, foi precedida de uma construção discursiva que renunciava o aumento da circulação de riquezas na cidade com o crescimento dos negócios do turismo, o que não se concretizou nem se disseminou na extensão imaginada. A pesquisa de campo revela a existência de conflitos e ambigüidades de percepções e de sentimentos que se instauram em conseqüência de expectativas e probabilidades não realizadas. As melhorias físicas são prioridades do centro histórico. O déficit de apropriação de valores por parte da comunidade, nas cidades históricas, é um dado admitido pelos agentes e instituições que tratam das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, o que afeta a sustentabilidade da população interessada⁸. Há, igualmente, o reconhecimento da

⁸ Na Carta de Goiás, documento do 1º Encontro Nacional de Cidades Históricas, realizado no período de 3 a 5 de dezembro de 2003, inscreveu-se em primeiro lugar a necessidade de “definição de uma concepção de

inexistência generalizada de participação da comunidade no processo de formulação e execução das ações relativas ao patrimônio cultural.

Na cidade de Goiás, o discurso de exaltação dos valores e da monumentalização da cidade, os rituais de celebração e constituição da memória, a mobilização dos atores na organização das práticas cotidianas em função da aquisição da distinção de Patrimônio da Humanidade, tendem ao enfraquecimento. Não por um fenômeno recente, mas como desdobramento de um processo marcado por descontentamento e desconfiança que se radica no significado mesmo de “tombamento” e de “patrimônio” e, após aquisição do título de Patrimônio Mundial, com o desencantamento que se seguiu: “a cidade continua a mesma”, repete parte considerável da comunidade local.

O título de Patrimônio da Humanidade tem como referência as características de bens situados no centro da cidade, região que recebe toda a atenção das políticas públicas, enquanto os bairros, em maioria, mantêm-se à margem de benfeitorias. O aporte de recursos públicos não socializa o bem-estar na extensão esperada. A circulação das riquezas geradas pelo movimento sazonal do turismo – apontado como atividade a que está vinculado o destino da cidade – é restrita a alguns segmentos produtivos.

Assim, tenho como um dos pontos de partida deste trabalho a proposição básica de que a definição da condição da cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade resultou de um amplo processo de articulação de interesses locais e regionais, instaurando a prevalência de um campo social específico: “o campo do patrimônio”, com seu discurso constitutivo e com interesses próprios e socialmente excludentes. Regendo esses interesses, instaura-se no campo do patrimônio o ponto de vista do *tradicionalismo* com princípio de visão e divisão do mundo social.

Essas práticas sociais, fundadas nos modo antigo de vida do tradicionalismo, mantêm correspondência com discurso do campo do patrimônio: a proteção aos bens culturais, intimamente condicionada ao aproveitamento compartilhado do conhecimento, valores e da idéia de nação abriga, sobretudo, os interesses dos pólos dominantes de atualização e continuidade da dominação simbólica, visto que o “poder se diferencia e se dispersa”, – como afirma Bourdieu (BOURDIEU, 2001, p.164, op. cit.), – mediado pelas interconexões com os demais campos.

planejamento, no qual as políticas de preservação do patrimônio cultural estejam integradas com a **apropriação de valores** por parte da comunidade, com garantia de sua sustentabilidade.”

Considero que a problemática central, na dimensão do conceito de espaço social, pode ser abordada considerando as posições relativas dos agentes na topologia social do campo do patrimônio, como sistema de relações sociais que assume os valores tradicionalistas com que produz e reproduz o sentido de cidade histórica. Cabe indagar como, na cidade de Goiás, os agentes sociais percebem as categorias de visão, divisão e classificação do campo do patrimônio que definem o que merece ser protegido e assim instituído como monumento?⁹ De que modo são percebidas as formas de fruição do capital não-econômico, representado pelos bens públicos que constituem o patrimônio histórico local e conferem à cidade de Goiás a condição de Patrimônio da Humanidade?

Em função dessas reflexões, lanço mão de dados da pesquisa de campo e bibliográfica para fazer uma análise relacional dos traços distintivos das diferenciações sociais que podem evidenciar formas distintas de visão e divisão do mundo, bem como os conflitos diante das práticas sociais de apropriação privada do capital social.

Espaço social e campo do patrimônio

Como uma opção metodológica, com a finalidade de apreender aspectos desse processo relacional, valorizo teoricamente a idéia de *diferenciação do mundo social*, fundamentada na formulação da teoria de Bourdieu acerca da constituição de *espaço social*, a que são associados os princípios de diferenciação, principalmente capital econômico e capital cultural, que identificam e classificam os valores definidos como tradicionais, na cidade de Goiás.

A opção metodológica está expressa no questionário por meio do qual se busca apreender o sentido da constituição dos campos de forças que se estabelecem a partir das posições relativas dos agentes no espaço social. Por meio de dois modelos de questionários – um dirigido a moradores da cidade de Goiás; e outro a pessoas que se identificam como “de fora”, busca-se apreender alguns elementos que permitam realizar uma análise objetiva da constituição do sentido de cidade histórica e de patrimônio da humanidade atribuída à Cidade de Goiás.

⁹ *Monumentum* em latim refere a tudo aquilo que recorda algo.

Por esses instrumentos de pesquisa, busca-se verificar tanto o volume de capital simbólico dos integrantes da mostra, particularmente no tocante à posição que declara ocupar no campo cultural; quanto a articulação do discurso, com base em elementos valorativos relacionados à Cidade de Goiás, explicitadas nas respostas apresentadas.

Essa é uma tentativa de representar o campo do patrimônio, em que os agentes ou grupos possam ser distribuídos conforme sua posição, designada pelo volume de capital (político, cultural ou propriamente econômico). Isso pressupõe estruturar esse campo a partir de dois pólos opostos. O primeiro, *o pólo dominante*, corresponde ao máximo de capital social, em que os agentes são caracterizados pela apropriação e pelo controle de valores do campo do patrimônio e que podem ser individualizados em agentes da burocracia (poder político), prestação de serviços, agentes de produção cultural, gestores do patrimônio (inclusive grupos, como as irmandades e congregações religiosas); agentes econômicos, tais como proprietários de hotéis, pousadas e restaurantes. Para esses, sentido de patrimônio histórico e natural aparece como construção simbólica de conformidade com seus interesses, em particular para exaltar o sentido dos modos de vida consoante a tradição, bem como a relevância histórica do passado com que se identificam. O segundo, *o pólo dominado*, extremo, forma-se pelos detentores do mínimo de capital social – no sentido de rede de relações –, e que, de alguma forma, encontram-se sujeitos ao discurso e às práticas sociais do campo do patrimônio. Aos detentores de capital social mínimo, ou dele despojado como recurso material, aparecem associados personagens urbanos de forma lendária e folclórica, como parte de um suporte cultural sobre o qual repousa a particularidade da identidade do vilaboense.

Distinção de Goiás como cidade colonial

Dada a sua origem no Século XVIII, a formação urbanística e o conjunto arquitetônico, associados ao *urbanismo minerador*, demarcam objetivamente a cidade de Goiás como portadora dos atributos de patrimônio cultural nacional. O espaço urbano vilaboense – topônimo do município –, se insere definitivamente como um valor nesse cenário desde a década de 50, com a presença do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com a finalidade de fazer prevalecer os preceitos do Decreto–

Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Esse instrumento legal assinado pelo Presidente Getúlio Vargas é que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O reconhecimento e a nomeação de bens materiais e imateriais como parte do patrimônio cultural é tarefa atribuída a determinados agentes investidos desse poder de enquadrar e declarar o que é de interesse público, estabelecer vínculos entre esses bens e fatos memoráveis da história do Brasil, identificando, assim, o seu “valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”¹⁰.

A instituição da cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade, anunciada no dia 27 de junho de 2001, pode ser entendida como produto de articulação metódica de agentes sociais, historicamente elaborada e cujas condições se estabeleceram objetivamente desde o início da década de 90. As implicações sociológicas desse processo podem ser interpretadas na dimensão teórica de espaço social que responde pelos modos de organização das práticas e formas de representações dos agentes, regidos por princípios de diferenciação, basicamente o capital econômico e o capital cultural, que são espécies de poder, conforme define Bourdieu (1998, p. 134), e, na perspectiva deste trabalho, particularmente o capital político. A ação dos agentes com vistas à construção da realidade social, nesse universo, remete ao *capital social* representado, na dimensão do capital econômico, pelo conjunto de bens – imóveis e móveis, cultura material e imaterial – que confere os atributos a Goiás como cidade colonial.

Essa condição de cidade colonial é o grande trunfo da sua distinção, o que lhe confere condição histórica, sobremaneira em referência à sua posição estratégica para o desbravamento colonial. Vila Boa de Goiás sinaliza, então no Século XVIII, a trajetória dos portugueses para além do Tratado de Tordesilhas, servindo especialmente de posto avançado para os que rumavam a Mato Grosso. Do mesmo modo no Século XX, com a Marcha para o Oeste, a cidade de Goiás mantém sua importância estratégica para o projeto de afirmação da nacionalidade do Governo Vargas¹¹. Mesmo após perder a condições de capital para

¹⁰ “Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” – (Decreto–Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937).

¹¹ Na vigência do Estado Novo (1937–1945), Getúlio Vargas lançou, em 1937, o movimento Marcha para o Oeste, como um projeto de constituição do sentido de brasilidade, ao qual se incorpora a construção de Goiânia, iniciada em 1933. Mais tarde, retomado por Juscelino Kubitschek, culmina com a construção de Brasília.

Goiânia, a cidade de Goiás é decisiva politicamente para a construção de Brasília: o projeto de lei que marca a mudança da capital federal para Brasília foi proposto pelo deputado federal vilaboense Emival Caiado.

Todo o processo de mobilização das opiniões em torno da questão da instituição de Goiás como cidade histórica, um bem público, que precede ao de Patrimônio da Humanidade, implicou a atuação de agentes dedicados às operações de legitimação de valores que lhe conferem relevância, a partir de sua identidade de cidade colonial.

Delgado (2003) analisa o processo de *monumentalização* da cidade de Goiás e identifica na pessoa de Cora Coralina o seu principal agente, cujo discurso literário vincula a própria imagem de mulher às imagens poéticas de Vila Boa, tecendo memória e espaços da cidade. Em sua tese, Delgado traz a idéia de *campo do patrimônio* (op. cit., p. 406 *passim*) para fazer uma análise exemplar das práticas discursivas que articulam relações entre espaço, tempo e história que conferem visibilidade e sentido à cidade, tendo como uma das suas fontes de dados empíricos desse discurso o “Dossiê de Goiás”, documento apresentado pelo governo brasileiro à Unesco, com vistas à inscrição do centro histórico da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade (p. 398).

Delimitando a cidade de Goiás como campo de estudo, portanto, estou interessado em descrever, no espaço social, como as diferenciações sociais estabelecidas pelas diferenças de apropriação do capital (econômico, cultural, político) geram percepções distintas e conflituosas quanto ao sentido de cidade histórica e Patrimônio da Humanidade e se vinculam às disposições de aproveitamento e compartilhamento do *capital socializado*, constituído potencialmente pelos dos bens culturais monumentalizados como recursos coletivos.

A expressão de conflito mais presente e observável empiricamente, após a instituição do título em 2001, é a externada na forma de descontentamento e frustração de expectativas que não se realizaram, em particular como a de rápida mudança na qualidade de vida e bem-estar da coletividade que adviriam com o fluxo de divisas que acompanharia o movimento turístico, e que representaria o melhor aproveitamento do conjunto de recursos utilizáveis. As formas de imposição de interesses e de pontos de vista estabelecem divisões, tanto no que se relaciona ao controle do capital econômico na forma de recursos públicos, quanto à gestão do patrimônio nas suas dimensões material e imaterial, ou seja, à gestão do próprio espaço urbano e da vida cultural da cidade.

Para esclarecer as formas de articulação das relações sociais quanto ao sentido de cidade histórica e de Patrimônio da Humanidade, e como são acionadas as visões e divisões quanto ao que merece ser protegido e reconhecido como monumento, distinguindo assim os significado dos bens públicos e parcela do capital social, a minha pesquisa se apóia na formulação teórica de *espaço social*, proposta por Bourdieu. Um modelo de espaço social é uma formulação teórica em que se verificam os princípios de diferenciação desse espaço, notadamente a estrutura material e simbólica do capital.

No espaço social, os portadores de diferentes volumes de capital dispõem-se a aceitar ou a questionar os fundamentos da sociedade: as relações de poder dependem, “na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nas relações (...)” (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Os princípios de visão e divisão do mundo são elaborados para ser impostos sempre consoante interesses referenciados nas posições que os agentes ocupam no espaço social, que só é possível apreender pela distribuição de propriedades entre os indivíduos. (BOURDIEU, 1998, p. 29–30).

Num primeiro tempo, a sociologia apresenta-se como uma *topologia social*. Pode-se assim representar o mundo social em forma de espaço (várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço (Id., p. 133–134).

O espaço de relações sociais é tão real quanto o espaço geográfico, afirma Bourdieu. “Os agentes sociais constroem o mundo social através de estruturas cognitivas, formas (de classificação) e categorias de percepção, os princípios de visão e divisão do mundo. (...) As estruturas cognitivas são formas historicamente constituídas” (1996, p. 115).

A tarefa da análise sociológica relacional consiste, delimitando empiricamente o universo de pesquisa, em construir teoricamente “o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital.” (Id., p. 29). No espaço relacional em que consiste o mundo social, as

diferentes *posições*, que correspondem a *tomadas de posições* homólogas, se deixam apreender pela análise estatística das propriedades de seus ocupantes individuais. “É assim porque a informação acessível está associada a indivíduos” (BOURDIEU, 1998, p. 29) (...) “Um agente ou instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou nele os produz” (Id., p. 31).

O campo do patrimônio, fundamentado na teoria de campos sociais de Bourdieu, é aqui entendido como o espaço relacional em que os agentes ou grupos sociais se inserem espacialmente, e se definem pela posse de grandezas de capital simbólico relativo à instituição do patrimônio histórico e cultural. Como tal, o campo do patrimônio possui seu próprio regime de funcionamento, com regras e formação discursivas próprias. Nesse campo, além do capital econômico, são fundamentais o capital cultural e o capital político que se articulam para constituir o pólo dominante, potencializado-se a apropriação e o controle dos valores do campo do patrimônio.

O capital cultural, entendido como o *quantum* de poder simbólico acumulado desde a socialização primária, aos títulos, diplomas e a outras credenciais da educação, bem assim o domínio das informações da cultura de elite, é um capital que facilita o trânsito e as tomadas de posições em outros campos, como o da política, cujo capital específico – o capital político – funda-se no reconhecimento social para que os indivíduos sejam admitidos como agentes e nele assumam posições.

.

Capital social: múltiplas concepções

Embora ausente dos textos fundamentais sancionados pelo Icomos, a idéia de *capital social* encontra-se, de algum modo, subjacente às teses constantes dos documentos firmados internacionalmente para estabelecer normas e procedimentos, bem como conceitos relativos à preservação e ao aproveitamento dos bens que constituem patrimônio cultural.¹² Esse termo, para além da noção das tradições jurídica e econômica, tem na atualidade pelo menos duas distintas correntes de significados no campo da análise sociológica, não excludentes, mas complementares, e que podem ser apropriadas à análise de temas sociais. De um lado,

¹² A publicação “Cartas Patrimoniais”, editada pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Ministério da Cultura – em 1995, sistematiza os principais documentos, recomendações e cartas conclusivas, de diversas épocas, relativas à proteção do patrimônio cultural.

Bourdieu desenvolve o termo *capital social* identificando-o com redes de relações sociais; com as relações de forças entre as posições sociais; com as diferenciações sociais e ao campo de poder; de outro, Coleman (1990) e, com base neste autor, Putnam (2002), para quem o termo diz respeito a aspectos da estrutura social e às “características das organizações sociais, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade (...)”. Nesse sentido, o termo capital social se incorpora ao discurso das agências internacionais dedicadas às questões do desenvolvimento social e econômico, exemplarmente a Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe¹³.

Se, no âmbito da sociologia de Bourdieu, o termo *capital social* se encontra associado às relações de poder e correlacionado ao *quantum* de poder material e simbólico acumulado pelos agentes e pelas instituições que integram essas relações e, em última instância, à definição do mundo social, na linha da sociologia de James Coleman acentua-se um caráter utilitário das organizações sociais. Ao debater o tema, Francis Fukuyama (2003) afirma que “capital social não é outra coisa que não o meio de reconceitualizar o papel que desempenham os valores e as normas na vida econômica”. Esse autor emblemático relaciona o interesse pela reconceitualização de capital social, na década de 1990, ao chamado “Consenso de Washington”, que deflagrou a onda de políticas liberalizantes “que procuravam livrar da inércia opressiva do Estado as economias em desenvolvimento e em transição” (p.34). Para ele, o fracasso parcial das políticas do “Consenso”, entre outras razões, foi por não levar em conta o capital social. Ao propor sua definição de capital social, Fukuyama complementa com a afirmação de que, assim visto, o termo “é uma maneira utilitária de ver a cultura” (id., id.).

Antecessor desse debate, Coleman (1990) atribui a Glenn Loury (1997; 1987) a introdução do termo capital social para descrever os recursos nas relações sociais: relações de autoridades, de confiança. Coleman entende que o capital social se define por sua função; não se trata de uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que têm

duas características em comum: todas elas consistem de algum aspecto estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos que estão no interior da estrutura. Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando

¹³ A Cepal é um órgão regional das Nações Unidas, ligado ao Conselho Econômico e Social, criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento de países da América Latina e, posteriormente, Caribe.

possível a realização de certos objetivos que não seriam atingidos em sua ausência. Como o capital físico, o capital social não é completamente fungível, mas é fungível com respeito a determinadas atividades. Uma determinada forma de capital social que é valiosa para facilitar certas ações pode ser inútil para outras. (COLEMAN, 1990, p. 302, tradução nossa).

Diferentemente de outras formas de capital, o capital social integra as estruturas de relações sociais e normalmente se constitui em um bem público e, portanto, não excludente, ao contrário do capital privado, normalmente particular. (PUTNAM, p. 184).

O capital social como elemento que facilita a cooperação, segundo Coleman, pode ser exemplificado na organização que torna possível as atividades de oposição política e é, desse modo, uma forma especialmente potente de capital social para os indivíduos que a compõem. Outro exemplo dado é o da confiança nas relações entre médicos e pacientes que, recentemente nos Estados Unidos, foi abalada por denúncias de práticas médicas inadequadas; ou ainda a sensação de segurança que algumas pessoas experimentam em determinadas regiões, diferentemente do que sentiriam em outras. Um terceiro exemplo pode ser visto no mercado central do Cairo onde, segundo Coleman, as divisões entre as lojas dos comerciantes são difíceis de as pessoas de fora descobrirem. Desse modo exemplificado, o capital social caracterizado por relações de confiança, reciprocidade e cooperação que surgem entre as pessoas e que facilitam a ação pode ser criado, mantido e destruído tanto pelo *sistema fechado* das redes de relações – como as familiares –; como pela *estabilidade* da estrutura social; quanto pela *ideologia* – como as das filiações religiosas.

No âmbito das agências internacionais de desenvolvimento econômico e social, conforme Uphoff (2003, p.118–9), o capital social, embora não exista um acordo quanto à forma de medir e agregar seus elementos, é uma categoria tão significativa quanto as outras três formas de capital – capital físico e financeiro; capital natural e capital humano.

Assim como outras três classes de capital, o capital social pode ser mais bem entendido se se concebe em função de duas categorias principais. Durante muitos anos, o capital físico ou financeiro se classificou em capital fixo e capital de especulação (...) O capital natural em formas renováveis e não renováveis (...) O capital humano em mão de obra qualificada e não-qualificada. (...) No caso do capital social convém distinguir, pelo menos analiticamente, duas formas principais: a estrutural e a cognitiva. São complementares, e a maioria das

manifestações do capital social tem elementos de ambas. Se se pensa desta maneira o capital social, se vê com maior clareza suas fontes e se descobrem formas práticas de ampliá-lo e colocá-lo a serviço da redução da pobreza”. (UPHOFF, 2003, p. 119).

Desse modo, a linha de pensamento fundada na noção de capital social difundida por Coleman e Putnam, como é tematizada no âmbito dos organismos multilaterais, é essencialmente funcional – ou mais especificamente, *instrumental* – uma teoria dedicada à compreensão da função do capital social na sua contribuição para reduzir as barreiras ao desenvolvimento econômico, político e social das regiões mais pobres do mundo, de conformidade com o discurso sancionado pela ONU, seguindo a orientação de ampliar as formas do liberalismo econômico, proposta o chamado “Consenso de Washington”.

Capital social e poder

A apropriação do termo *capital social* por Bourdieu tem, antes de tudo, um caráter metodológico: relaciona-se ao termo *campo de poder*, empregado preferencialmente a *classes dominantes* – população detentora do poder – com o qual pretende dar conta das relações de força entre as posições sociais. A proposta do autor é a de introduzir um modo de construção do objeto que vai comandar todas as opções práticas da pesquisa, deixando-se pensar, diz o autor,

o mundo social de maneira realista, ou para dizer como Cassirer, *substancialista*: é preciso pensar o mundo *relacionalmente* (...) entendendo por tal (*campo de poder*) as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição legítima do poder (penso, por exemplo, nos confrontos entre “artistas” e “burgueses” no século XIX).(BOURDIEU, 1998, p. 28–9).

Portanto, a preocupação de Bourdieu é com o método sociológico, relacionando campo de poder com o *quantum* de força social ou capital e, além disso, com a “noção de *espaço* que contém, em si, o princípio da apreensão relacional do mundo social, (...) quer se

trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas no espaço das *relações*” (...).

O termo *capital social* tem, sobretudo, significado metodológico para Bourdieu. Assim, o *quantum* de capital – econômico, cultural ou social – define as condições de possibilidades ao ser mobilizado nas relações de força pelos agentes que o detém para dominar o campo do poder. Nessa perspectiva, qualquer tipo de capital será sempre capital simbólico e assim é considerado quando percebido de acordo com princípios de visão e divisão do mundo social, os esquemas de classificação e diferenciação. Como as demais formas de capital simbólico, o capital social representa poder sobre um campo e define as probabilidades de ganho em um campo determinado.

O sentido de patrimônio

Ao interrogar sobre as possibilidades de aproveitamento socialmente compartilhado do patrimônio histórico inscrito na cidade de Goiás, indago sobre como as práticas sociais conduzem a apropriação de valores do capital simbólico constituído por esse patrimônio. O sentido jurídico de patrimônio é o de um conjunto de bens de uma pessoa, empresa ou instituição, sujeitos a uma administração e com a finalidade de gerar lucros. O patrimônio, em sentido estrito, é constituído de uma massa de bens de valor econômico. Já o patrimônio cultural, instituído como tal por quem detém a autoridade para fazê-lo, se mantém sob a proteção e domínio do Estado, destinando-se, direta ou indiretamente, a atender aos objetivos do Estado ou para servir à produção de utilidades indispensáveis à coletividade.

O patrimônio cultural, no caso da cidade de Goiás, ao ser levado à classe de Patrimônio Mundial pela Unesco, passa a agregar uma cota de valores que são percebidos pela coletividade, exponencialmente por serem orquestrados por agentes sociais constituídos em grupos e instituições inscritos nos distintos campos sociais – econômico, político, cultural –, capazes de estabelecer relações de comunicação e articulação midiática para legitimar esses valores.

A síntese mais acabada do movimento das forças sociais atuantes nesses distintos campos seu poder de articulação com setores externos, está no documento *Dossiê – Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*, um produto cultural concluído em 1999 e sancionado pelo Ministério da Cultura, para atender

às exigências de inscrição da cidade de Goiás na Lista do Patrimônio Mundial, por intermédio do Icomos. A elaboração desse documento, sob a coordenação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Ministério da Cultural, e no plano estadual pela Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira (Funpel), se deu mediante a articulação ampla de agentes sociais, individualmente e na dimensão das instituições, para dar conta da descrição dos bens, das condições físicas, da história e da estatura e distinção cultural da cidade.

Ao cumprir essa exigência formal, a cidade agrega novos valores à massa de bens culturais, inscrevendo-se como “um valor universal e excepcional”. Na verdade, a política internacional de conservação e utilização de monumentos e sítios históricos associa a idéia de espaço e monumento, exigindo a tutela do Estado sobre o contexto urbano, o ambiente natural e, especificamente, sobre os bens culturais, porém tendo a valorização econômica desse conjunto como uma necessidade primordial. As Normas de Quito, em 1997, no Informe Final, constitui uma declaração com a finalidade de influenciar a destinação econômica dos bens culturais.

O processo de reconhecimento do sítio histórico da cidade de Goiás com Patrimônio Mundial opera a transmutação dos valores simbólicos da arte e da arquitetura coloniais, já então definidos como patrimônio histórico nacional, em valores potencialmente mais elevados: Vila Boa de Goiás passa a compor, de modo definitivo, a rede mundial de cidades turísticas. O conjunto de bens de natureza artísticas, elevados à categoria monumental, soma-se ao conjunto arquitetônico e ao contexto urbano para redimensionar a importância e o valor da cidade.

Antecedendo a esse momento de inserção, uma etapa anterior desse processo se cumpriu com o reordenamento parcial do espaço urbano, visando à valorização do conjunto arquitetônico do sítio histórico, com sua adequação por meio do planejamento e restauros e reformas físicas dos bens monumentais.

Esse método de valorização do conjunto monumental

(...) exerce uma ação reflexa sobre o perímetro urbano em que se encontra implantado e ainda transborda dessa área imediata, estendendo seus efeitos a zonas mais distantes. Esse incremento do valor real de um bem por ação reflexa constitui uma forma de mais-valia que há de se levar em consideração (Normas de Quito, p. 112)

Um bem constituinte do patrimônio cultural, a que não se atribui valor econômico, ganha um potencial econômico e passa a ter caráter produtivo, deixando de ser riqueza inexplorada, sem perder o seu valor histórico ou artístico. Desse modo, o patrimônio cultural – portanto, coletivo –, de natureza simbólica, agrega características equivalentes ao dos bens econômicos, tais como os bens de capital (ou bens produção). O patrimônio cultural, com seu potencial econômico, pode ser, então, visto como uma modalidade especial de capital, na medida em que se incorpora ao processo global de produção de riqueza e renda.

O patrimônio cultural de “valor universal excepcional” adquire o sentido de fonte para a produção de novas riquezas, expressando um novo valor, de natureza econômica, quer para fruição simbólica, coletiva, quer para incrementar, por ação reflexa, as atividades produtivas, especialmente a prestação de serviço, exemplarmente o turismo.

A análise sociológica do processo de constituição do patrimônio histórico e cultural em uma forma de capital simbólico, socialmente compartilhável como riqueza, conduz à tentativa de construção metodológica do *campo patrimônio* como um espaço de relações de poder definidas pelo poder material ou simbólico dos agentes. Trata-se de um universo que possui regime próprio de funcionamento: “A evolução das sociedades tende a fazer com que surjam universos (a que chamo de campos) que têm leis próprias, são autônomas”. (BOURDIEU, 1996, p.147).

A apropriação da idéia de capital social, como capital simbólico inerente ao campo do patrimônio e, portando, como recurso metodológico na linha teórica de Bourdieu, não exclui eventualmente da noção de capital social difundida por Coleman e Putnam e tematizada pelas agências de fomento internacional, de natureza funcional, em aplicado particularmente às políticas de desenvolvimento regional e combate à pobreza. Pelo contrário: como não são excludentes, podem ser assimiladas em um mesmo plano de trabalho.

Qualquer linha teórica, a noção de capital tem como fundamento a idéia de que se trata de uma *principal, fonte, origem*, que é o seu sentido em latim. Coleman define capital social como um aspecto da estrutura social e o **relaciona** com a ação coletiva: o capital social – confiança, liderança, rede de relações, associações – facilita certas ações comuns aos atores dentro da estrutura social; Bourdieu inscreve o termo na sua metodologia, relacionando-o a *campo* para descrever o espaço social, ao campo de forças que se impõem aos agentes neles

envolvidos e campo lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, conforme suas posições na estrutura do campo de forças. Para Bourdieu, o capital social tem como fonte as redes sociais permanentes que asseguram aos seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais.¹⁴

A temática do compartilhamento do capital representado pelo patrimônio cultural na cidade de Goiás leva, por opção metodológica, a adesão prioritária à noção de capital social no sentido das redes de relações sociais e fonte de recursos postos a serviços das relações de força no interior de um campo específico, o *campo do patrimônio*. Esse campo está, de certa forma, fisicamente circunscrito, mas conforma o espaço das posições sociais.

A noção de capital social e a sua correlação ao *campo do patrimônio* estão norteadas pelo fundamento sociológico de que o mundo social é o lugar das diferenciações. Esse campo organiza-se segundo a “lógica das diferenças”, constituindo-se *distinções*, (BOURDIEU, 1998, p. 144–5) inscritas no próprio espaço social e que são percebidas pelos agentes sociais conforme categorias cognitivas incorporadas e que levam ao reconhecimento da legitimidade e ao exercício do poder simbólico.

¹⁴ CF Flores, Margarita e Rello, Fernando. *Capital social: virtudes y limitaciones*, in *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe*, 2003, p. 205, quadro sinóptico.

2 Demarcação do campo do patrimônio

Investigar a questão do compartilhamento social do capital não-mercantil expresso pelo patrimônio cultural implica analisar a formação do campo do patrimônio como o espaço de lutas simbólicas de definição do mundo social. Gonçalves (1996) analisa a constituição do discurso do patrimônio, ao longo dos anos, como “narrativas nacionais”, modalidades discursivas cujo ponto fundamental é a construção da memória e identidades nacionais, particularmente por intelectuais, como categoria social. Esse discurso, conforme Bourdieu (1998), como produção simbólica, contribui para definição do mundo social e legitimação das distinções inscritas no campo das posições sociais.

A demarcação do campo do patrimônio se fundamenta na materialidade dos objetos culturais, primordialmente na monumentalização dos testemunhos históricos de pedra e cal. A monumentalização, como ato ou efeito de instituir os monumentos, resulta do poder de que se investem instituições e agentes sociais para definir os objetos e as coleções de objetos como portadores da memória e da identidade nacionais. Esse processo de demarcação do campo do patrimônio como campo de poder hegemônico, que se assume como condutor dos destinos da cidade até a sua inserção na rede mundial de cidades turísticas, integra um processo mais amplo de lutas relacionadas às estratégias de sobrevivência econômica e política.

Alijada de sua condição de centro de poder político a partir da mudança da capital do Estado, na década de 1930, a cidade de Goiás carece de auto-afirmação cultural e de meios de sobrevivência econômica. No centro dinâmico, como um dos principais agentes desse processo de constituição do campo do patrimônio, identifica-se a Organização Vilaboense de Artes e Tradições – Ovat. Elder Camargo de Passos, que se define como um de seus idealizadores, relaciona a origem da instituição com as estratégias de articulação do núcleo de agentes sociais coligados para a missão de vincular o passado ao presente, na cidade de Goiás:

A Ovat – Organização Vilaboense de Arte e Tradições – surgiu em 1965, em uma reunião de pessoas da cidade de Goiás interessadas em preservar e levantar atitudes, culturas, manifestações religiosas, sacras, musicais, literárias e tudo que tinha a ver com o passado de Goiás. Daí, começamos. Era um grupo de 20 pessoas

lideradas por Goiandira do Couto, por mim, pela Antolinda Borges e vários outros que agora me falham... (PASSOS, 2004)

Relacionar passado e presente, com vistas ao futuro, ocupa a centralidade do discurso e justifica a ação propriamente do campo do patrimônio. Em torno desse centro se estabelecem relações simbólicas no interior do campo e, deliberadamente, com outros campos sociais. No plano da política nacional, estabeleceu-se, um ano antes da criação da Ovat, o regime militar que, no Estado de Goiás, derruba o governo Mauro Borges e sinaliza o fim da hegemonia “dos Ludovico”. Coube ao projeto político do governo de Pedro Ludovico o esvaziamento da cidade de Goiás com a mudança da capital, em 1933; agora, em 1965, na cidade que ficara abandonada, em situação de “estagnação econômica (DOSSIÊ – Justificativa da inscrição)”, estabelece-se um movimento visando a sua revitalização cultural: “Então nós pensávamos o seguinte: Goiás tinha que viver de alguma coisa” (PASSOS, entrevista citada).

Uma estratégia de recuperação do prestígio político e da importância histórica de Vila Boa é levada a cabo por Mauro Borges, que, em 1961, institui o retorno simbólico da sede da capital para o Palácio Conde dos Arcos, por ocasião do aniversário da cidade, dia 25 de julho. No entanto essa ação simbólica que invoca valores político e cultural, um cerimonial legalmente instituído, divide, de certo modo, as percepções dos agentes mas, sobretudo, é recebido com reservas e até com desdém por segmentos sociais locais. Embora respeitado por todos os governos que sucederam a Mauro Borges, exceto o de Ary Valadão (1979–1983), a festividade de exaltação do passado, da cultura e das belezas naturais de Vila Boa, conta com o desprezo declarado de personalidades que ocupam relevantes posições no campo do patrimônio. Elder Camargo de Passos afirma que:

(é) oba, oba! A cidade não leva... assinatura de convênio... pra cidade em si, nada. (...) eu não assisto, que eu tô no Araguaia, todos os anos... têm muitos anos que eu não assisto, mais de 30 anos que não assisto à mudança do Governo... (PASSOS, 2004).

Mas o gesto inicial de Mauro Borges de retorno simbólico da capital para a cidade de Goiás é também visto como um marco no estímulo ao turismo e à constituição do campo do patrimônio:

“Nós tivemos uma grande influência na política, na administração da cidade na área do turismo com o Governo Mauro Borges. Mauro Borges foi o grande incentivador (...) com a mudança da capital, ele começou a movimentar o turismo, despertar o povo da cidade para a questão do turismo. (Antolinda Borges, entrevista, *in* BORBA, anexo, 1998)

O encontro com as tradições da cultura local e a articulação com instituições externas, como o Iphan, em um primeiro momento, possibilita a formação de um corpo especializado e distinto de agentes sociais que estabelecem, para si, um campo de poder simbólico no qual se exprimem *marcas de distinção*, e que, conforme Bourdieu, (1999)

graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para as outras, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre ‘valores’ (no sentido lingüístico) necessariamente vinculados à posição de classe (...). (BOURDIEU, 1999, p. 14)

O capital político é um ativo social de relevância na constituição de campo de poder emergente. Trata-se, no entanto, de uma modalidade de capital político peculiar, na forma de patrimônio político acumulado como tradição de luta e manutenção do poder local e estadual e que se enraíza nas redes de relações sociais. Desse modo, o campo do patrimônio que se configura na cidade de Goiás se vale fortemente de pelo menos duas fontes principais: capital político e capital social – aqui entendido como rede de relações peculiares à tradição da vida social local. A relevância cultural dos agentes, no entanto, compõe o pano de fundo das regras do jogo no campo do patrimônio.

As políticas públicas de defesa do patrimônio histórico, desencadeadas pelo Iphan¹⁵ desde a década de 30, podem ser tomadas como referências no estudo da constituição do campo do patrimônio na cidade de Goiás, onde está presente desde os anos 50, quando faz-se o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia que posteriormente se transforma no atual

¹⁵ O Iphan é considerada a instituição de maior longevidade na história da administração pública brasileira. Criado em 1937, com o nome de Sphan – Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o órgão integra o projeto oficial de modernização política, econômica e cultural do país (Cf. GONÇALVES, 1996, p.36, passim).

Museu das Bandeiras.¹⁶ A criação da Ovat, no ano de 1965, estabelece, de modo objetivo, os referenciais das regras locais de para a entrada e o jogo no campo do patrimônio.

O campo do patrimônio se estrutura no microcosmo da cidade de Goiás como um campo complementar ao campo da política, tornando-se, assim, um campo da expressão de conflitos e exercício de poder local. Desde a década de 30, com a mudança da capital, a cidade de Goiás se mantém como que suspensa no tempo: “não digo decadência, digo estagnação, dentro da vidinha dela” (PASSOS, 2004). Porém, na metade dos anos 60, o cenário político nacional sofre uma profunda alteração, com o golpe militar de 1964. Com ele, o grupo político que 30 anos antes retirara de Vila Boa de Goiás a sua centenária condição de capital é afastado do centro do poder. Mauro Borges, filho e herdeiro político de Pedro Ludovico é deposto do Governo do Estado em novembro de 1964. A mudança da capital atendera, entre outros propósitos, à estratégia de Pedro Ludovico para manter o centro do poder político à distância da influência direta do grupo político dos Caiado, para romper, assim a hegemonia grupo familiar no Estado, a partir da cidade de Goiás.

O golpe militar representava, também, uma vitória do grupo dos Caiado – uma vitória de quem persistiu e sobreviveu à decadência e à estagnação na antiga capital. Setores locais, fortemente vinculados à liderança política regional, quer por laços familiares, quer por identidade de interesses, estão a postos, de conformidade com as regras novas do jogo político, dispostos a mobilizar as distintas modalidades de capital de que dispõem.

O que se tem de novo é o *espaço dos possíveis*, compreendido como

universo dos problemas, das referências das balizas intelectuais (...), em suma, todo um sistema de coordenadas que é necessário ter em mente – o que não quer dizer conscientemente – para estar no jogo (BOURDIEU, 1994, p. 61)

O espaço dos possíveis é referencial da evolução do campo e que vai modelar os discursos e as ações dos agentes que terão acesso ao campo do patrimônio. O problema colocado, então, era o da reversão do sentido de decadência e de atraso que estigmatiza a cidade. De quê Goiás tinha que viver, a essa altura, 30 anos após perder a posição de capital do Estado?

¹⁶ Nesse período, o Iphan orienta-se “pela idéia de cobrir todo o país, nem sempre ouvindo a comunidade sobre a conservação de seu patrimônio” (MAGALHÃES, 1985, p. 184)

Nós não achávamos que a parte educacional fosse ser muito difundida dada a dificuldade da época. Então, se tornar em uma Ouro Preto, com universidades, com dificuldades, então nós não víamos isso por estar muito perto de Goiânia e Goiânia é uma cidade nova, que estava crescendo, nesse âmbito. Aí nós, então, que fizemos... Começos a estudar o que Goiás tinha ainda preservado e que servia de atrativo, de chamamento para o futuro e nós tínhamos que pegar na preservação desses modelos. (PASSOS, 2004)

As balizas postas no espaço dos possíveis se situavam naquilo em que Goiás tinha preservado, vinculado-a ao futuro e distinguindo-a das outras cidades, sobretudo no que estabelecesse uma distinção especialmente com referência a Goiânia, a nova cidade para onde se deslocara o centro do poder. Definir dessa distinção é a tarefa dos agentes sociais que encampam o setor cultural da cidade. O que é posto em campo, como pano de fundo, é o capital social de que dispõem os agentes: “um grupo de 20 pessoas”, com uma liderança coletivizada – mulheres à frente: Goiandira do Couto, Brasilete Caiado, Antolinda Borges, entre outras, e Elder Camargo de Passos.¹⁷ O espaço dos possíveis tem, assim, suas coordenadas na continuidade das forças contrárias à mudança da capital, 30 anos antes, porém em um contexto histórico marcado pela derrota do grupo de Pedro Ludovico.

Retomada do tradicionalismo

A deposição de Mauro Borges em novembro de 1964 deu-se, de forma particular, como vitória da oposição que a ele fizeram os proprietários de terra. A elite agrária absorvera a ideologia desenvolvimentista no final da década de 1950, mas diante da ameaça populista da reforma agrária, “aparece então uma retomada da sociedade rural, ou seja, dos valores tradicionais, momentaneamente eclipsados pela modernidade que o país e o Estado de Goiás buscavam no projeto desenvolvimentista” (SOUZA, 2004, p.107). De nada adiantara ao governador manifestar, ainda em 31 de março de 1964, seu apoio institucional ao golpe militar (id., p. 92).

¹⁷ CF Passo, entrevista; Marlene Gomes, entrevista, DOSSIÊ.

Apoiando-se no quadro teórico de Mannheim¹⁸, a autora conclui que as elites agrárias de Goiás, até meados de 1950, tinham características tradicionalistas:

Pouco a pouco passaram de um pensamento e comportamento tradicionais, parcialmente fragmentados pela ideologia do desenvolvimento no final da década de 1950, para um pensamento e um comportamento conservadores (...) (Id., p. 107).

O tradicionalismo, posto com o sentido de termo político, aparece nesse contexto histórico associado às disputadas políticas que, na década de 1930, culminaram com a mudança da capital do Estado e, visto ainda nesse sentido, como uma expressão de apego aos valores antigos e consagrados; valores que são apenas *parcialmente fragmentados* e que não se dissolvem no campo político, a exemplo da prevalência das formas de relações baseadas na fidelidade e no parentesco no cotidiano da convivência política. O conservadorismo, na acepção adotada por Souza, se expressa na prática da defesa de valores contrapostos ao projeto desenvolvimentista então em andamento no Estado de Goiás. A vitalidade conservadora, no cenário político nacional, nesse momento histórico, motivada pela luta contra o fantasma do comunismo e conflitos relacionados à questão da reforma agrária.

“Goiás vai viver de quê?” Essa indagação de que se recorda Elder Camargo de Passos, motivadora da instituição do campo do patrimônio no microcosmo social, assim compreendida a cidade de Goiás, posta diante do “grupo de 20 pessoas”, é reveladora da perplexidade em face do processo de mudança social em escala local. O reordenamento do mundo social se impõe como uma tarefa urgente. O sistema de possíveis é vislumbrado pelos vínculos do passado com o presente, representado pelo que em Goiás havia ser preservado e que tinha um significado para o futuro.

Os agentes assumem a tarefa de reordenamento da vida social na cidade de Goiás, indagando sobre as possibilidades de futuro. As perspectivas abertas na comparação da cidade de Goiás com as outras com as quais mantém alguma similaridade, particularmente

¹⁸ “Segundo Mannheim (1986), o tradicionalismo se caracteriza pelo apego a formas antigas de vida, formas universais, ligadas à sobrevivências mágicas de consciência, o que se traduz em traços mais instintivos, psicológicos, de caráter mais subjetivo, individual. Já o conservadorismo, segundo o mesmo autor, é uma reação consciente e reflexiva a movimentos progressistas que se desenvolvem na sociedade, e tem por pressuposto conflitos na sociedade de classes.” (SOUZA, p. 107)

as cidades históricas de Minas Gerais. Os agentes são, assim, levados a um campo cuja norma fundamental é a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Conforme Bourdieu, “o arbitrário situa-se no princípio de todos os campos, até dos mais ‘puros’, como os do mundo artístico ou científico: cada um deles possui sua “lei fundamental”, seu *nomos*” (BOURDIEU, 2001, p. 117). Esse *nomos* (lei), como ato de instituição arbitrária pode ser também vertido como “princípio de visão e divisão” do mundo social.

Os fundamentos normativos do campo do patrimônio possuem caráter transnacional e têm entre seus marcos históricos a Carta de Atenas, sancionada pela Sociedade das Nações, em outubro de 1931. A idéia de patrimônio brasileiro que se normatiza com a fundação do SPHAN, em 1937, é regida pelo ideal do orgulho nacional, procurando-se projetar uma feição própria de uma civilização brasileira¹⁹.

Ao se circunscrever na cidade de Goiás, ao campo do patrimônio se impõe com outro valor, com uma especificidade o antimudancismo. Conforme Delgado, “Os fundadores da OVAT consideram-se herdeiros do movimento antimudancista e a concebem enquanto institucionalização do ‘*movimento de ação cultural*’ organizado na esteira da ‘*reação à mudança*’ da capital para Goiânia” (DELGADO, 2003, p. 418). Ao procurar o futuro da cidade de Goiás no seu passado, a Ovat assume a tarefa de recompor esse passado por meio de “categorias como tradição, arte, cultura e história” (Id., p. 419). Esse processo, conforme a autora, objetiva a construção da *identidade vilaboense*.

A atitude antimudancista é, efetivamente, uma maneira de pensar e de pôr em prática a política e a vida social em oposição à mudança da capital de Vila Boa de Goiás para Goiânia. O que se destaca com referência ao antimudancismo em evidência é um *ponto de vista fundamental* na constituição do campo do patrimônio, mas que se localiza no plano da articulação com o campo da política. O campo do patrimônio, cuja definição deriva do poder institucional do Iphan, que detém legitimidade, instrumentos legais e delegação estatal, será, então, correlativo ao campo da política. Assim, a articulação de um projeto que restaure e dê vitalidade à cidade de Goiás, na década de 1960, pressupõe uma postura de contrariedade com o processo de mudança que se dera 30 anos antes, porém sua legitimidade funda-se nos princípios de constituição da identidade nacional: a cidade de Goiás procura se revigorar incorporando-se ao circuito dos sítios de importância cultural e histórica nacional.

¹⁹ Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que instituiu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O seu valor atual e seu futuro dependem do significado atribuído ao seu conjunto arquitetônico, às suas manifestações de cultura e arte, enfim, de seu potencial de monumentalização, e cuja normatividade está inscrita, como requisito primeiro, no Decreto-lei nº 25 de 1937, que funda a política do patrimônio: a sua vinculação aos fatos memoráveis da história do Brasil.

A indagação inaugural da Ovat em 1966 – acerca de quê viveria a cidade de Goiás – remete o projeto dos agentes sociais às condições de possibilidades correlatas ao campo do patrimônio. Delgado (2003) investiga a inserção de Goiás no campo do patrimônio por meio do estudo das práticas discursivas inscritas do “Dossiê de Goiás”²⁰ e verifica as operações que se dão com as “categorias simbólicas que associam a cidade de Goiás com o processo histórico de formação da nação brasileira e de conformação de uma região com valores específicos e singulares que constituiriam uma identidade cultural própria”.

Mas o que confere autonomia desse campo, como um domínio da vida prática, é a afirmação de uma *constelação de valores* que condicionam a participação positiva ou negativa dos agentes sociais no jogo que nele se desenvolve. São esses valores que asseguram a singularidade desse campo no microcosmo social que compreende a cidade de Goiás e se expressam no discurso da *identidade vilaboense*, que se encontra inscrita no passado peculiar da coletividade.

A competência de definir, inscrever e manter bens – materiais e imateriais – no rol do patrimônio histórico e artístico nacional é do Iphan; mas definir o sentido de identidade vilaboense é tarefa dos agentes sociais que assumem o campo do patrimônio em escala local. Com a política de *pedra e cal*, que por muito tempo marcou a sua atuação, o Iphan projeta a cidade de Goiás no campo do patrimônio ao iniciar, a partir de 1950, a série de tombamentos de um conjunto de bens imóveis, construídos no século XVIII²¹, e assim identificados com o período colonial. Esses bens tombados – igrejas e prédios públicos – são sempre

²⁰ Andréa Ferreira Delgado faz um estudo das “práticas discursivas que trabalham as relações entre o espaço, o tempo e a história, conferindo visibilidade e sentido a esta cidade”, face à sua inserção no campo do patrimônio e toma como referência o “Dossiê – Proposição de Inserção da cidade de Goiás na Lista de Patrimônio da Humanidade”, igualmente utilizado na presente dissertação.

²¹ Trata-se de edificações do chamado *urbanismo minerador*, com o qual se identificam cidades como Ouro Preto, São João del Rey, Diamantina, Itajubá, Rio das Contas, Paracatu e Vila Bela da Santíssima Trindade, em Minas Gerais; Cuiabá, em Mato Grosso, conforme assinala Godoy (2003).

monumentos à exaltação da arquitetura religiosa e dos núcleos de poder e da administração pública.

Culto à tradição

O culto à tradição é fundamento da constituição local do campo do patrimônio, como uma projeção do discurso universalizado desse campo, que atribui sentido redentor aos pares dos termos *tradição* e *civilização*: “O Brasil é simbolicamente visualizado por meio de elementos concretos e contingentes, tais como objetos, monumentos, cidades históricas, que são usados para representar verdades transcendentais como ‘tradição’ e ‘civilização’ ” (GONÇALVES, 1996, p. 120)

Quando, em 1966, a Ovat se institui, os agentes sociais que a compõem compreendem perfeitamente o sentido de apropriação inerente ao campo do patrimônio: o que procuram é o que Goiás tinha preservado, analisando alternativas para estabelecer as estratégias de ação. A questão da materialidade do espaço urbano, particularmente o sítio histórico cujo significado, assim como a dos produtos culturais catalogados entre as “belas artes”, é atribuição institucional do Iphan, autoridade estatal que detém o monopólio do poder de conferir o sentido de monumento aos bens culturais. Mas a produção cultural imaterial, até então, não recebe integral amparo institucional, como patrimônio cultural²².

O espaço das possibilidades se descortina para os agentes do campo do patrimônio com as alternativas de ação cultural que vincularia o passado com o futuro – a tradição:

Aí levantamos as festividades e achamos que, na parte cultural, a Semana Santa era que mais tinha coisas a oferecer, dada a parte de música, dada a parte de tradições, dada a parte de costumes, de usos, de respeito, então fizemos o primeiro levantamento da Semana Santa. Começamos a estudar, a ler os livros, de receitas e despesas das irmandades, ver como é que eram realizadas, o que tinham, porque ouvíamos falar da procissão do fogaréu, que teve isso assim, assim... Mas preservava ainda a Semana dos Passos, a Semana das Dores, a Semana Santa propriamente dita... (PASSOS, 2003)

²² Somente em agosto de 2000, o Decreto nº 3551 torna oficial e normatiza o registro de bens culturais como constituintes do patrimônio cultural nacional.

Ao narrar, na primeira pessoa do plural, o processo de escolha dos caminhos a serem tomados, Elder Camargo Passos indica a opção pelo culto às tradições, ancoradas nas manifestações da religiosidade popular. Para tanto, o grupo reconstitui e ressignifica as tradições, reinventando-as. Delgado (2003) identifica esse processo e, assim, operacionaliza o conceito de *invenção das tradições*, expressão que se disseminou a partir da obra de mesmo nome, de Eric Hobsbawm, para quem há a *tradição inventada*, que compreende a “instituição de um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, baseada na variabilidade e repetição, implicando uma continuidade em relação ao passado” (DELGADO, 2003, p. 419). Conforme essa autora, Hobsbawm define esse passado como “real forjado”, diferenciando as “tradições genuínas” das tradições realmente inventadas e formalmente institucionalizadas. Para ela, as “práticas discursivas constroem narrativas que atribuem sentido a determinados acontecimentos e os articulam para forjar o passado e construir a ficção do resgate do real preexistente”.

Ao se investir do poder de estabelecer classificações e forjar o passado, por meio da delegação que recebe da nova instituição, o agente social passa às ações práticas “subordinadas às funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais” (BOURDIEU, 1998, p. 112). Para esse autor,

são “ ‘ações de representação’ que ‘têm como objetivo tornar manifesto o grupo, seu número, sua força, sua coesão e fazê-lo existir visivelmente’ e, a um só tempo, configuram-se como ‘estratégias de apresentação de si (...) destinadas a manipular a imagem de si e sobretudo de sua posição no espaço social’²³

Um dos empreendimentos assumidos pela Ovat, desde seus primeiros momentos em 1996, consiste na escolha e na classificação das manifestações da cultura local que merecem ser nomeadas como *tradição* – tudo o que permite a reconstrução de uma imagem coerente da cidade de Goiás como dona de um passado de riquezas, centro do poder, da cultura e merecedora de respeito. Esse processo em que se forja o passado e se define o sentido de monumento dos bens culturais, determinando a que esses bens se remetem no quadro da memória comum, assinalando, desse modo, o que *recordam*, requer ações práticas

²³ BOURDIEU, Pierre. *Espaço e poder simbólico*, in Coisas ditas, São Paulo, Brasiliense, p.161–2. In DELGADO, 2003, p. 422

como a constituição de espaços de preservação desse passado, a exemplo do Museu de Artes Sacra da Boa Morte, cujo implantação Elder Camargo Passos chama para si e para o que denomina de “pequeno grupo”.

O culto à tradição como expressão da memória social opera como um modo de construir um sistema simbólico voltado para a legitimação da ordem social que se impõem no presente. É preciso que se construa, a partir do campo do patrimônio, um *ponto de vista* acerca do mundo social no qual se pretende estabelecer experiências cotidianas comuns.

Na “Proposição descritiva” do Dossiê que daria à cidade de Goiás condições de acesso ao título de Patrimônio Mundial o discurso elaborado remete-se fundamentalmente a essa dimensão da vida social: a tradição como fundamento da *identidade* local. A população local é eleita como sujeito que atribui valores a práticas sociais e a seus bens culturais.

Além de elementos arquitetônicos, constituem-se como referências culturais, por configurarem uma identidade e um sentimento simbólico da região para seus habitantes, as festas e as comemorações, as músicas, as artes e os ofícios artesanais, os documentos e os objetos antigos, o patrimônio natural que se destaca na paisagem (DOSSIÊ – *Apresentação*).

O Dossiê, na sua apresentação, lança mão da autoridade de Paulo Freire, citando-o: “Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade”²⁴ –, e exalta a relação do vilaboense com a história local:

Salta à vista, no contato com os cidadãos de Goiás, o valor que estes atribuem a si próprios como detentores desse patrimônio cultural e como protagonistas vivos de sua história. Um entrevistado chegou a afirmar: ‘Goiás é um povo’ (COELHO, Anderson Cavalcante, INRC, entrevista nº 18). Um povo antigo na história dessa região (...) o valor do patrimônio histórico de Goiás para seus habitantes é inteiramente natural, está arraigado em seu viver. O conjunto de bens culturais e de práticas

²⁴ FREIRE, Paulo. *Criando método de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação*. In Pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1996, cit. in Dossiê – apresentação.

tradicionais vem sendo recebido pelas novas gerações “com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo”²⁵ (DOSSIÊ, apresentação)

Esse ponto do documento conclui que essa receptividade distingue a cidade de Goiás de outras comunidades urbanas mais jovens “analogamente à distinção que fazemos ao valorizar determinadas cidades como históricas pelo seu significado e harmonia de seu conjunto arquitetônico e urbanístico”. (Id.)

O discurso que se constrói para exaltar os valores do patrimônio cultural dimensiona a relevância do campo do patrimônio no microcosmo social da cidade de Goiás. Ele engloba a toda a cidade e impõe um *Ethos*²⁶ que se expressa, assim, por princípios socialmente adquiridos e dialeticamente construídos. Nesse processo atuam as regras do culto e da difusão das representações dos valores das tradições locais, bem como da imagem que se constrói de Goiás como cidade histórica.

Sentido da tradição

A representação mental que se constrói nesse discurso acerca do valor que o cidadão vilaboense atribui a si mesmo, como detentor do patrimônio cultural e protagonista vivo da história, de valores que estão arraigados no seu viver e a receptividade das novas gerações, traz subjacente a noção de *tradição*. Posta como uma dimensão da vida social, a tradição se impõe como um valor da maior importância, porque não é apenas o passado: é, sobretudo, uma realidade que confere estabilidade e continuidade ao modo de vida à cidade de Goiás e que se encontra garantida pelo diferencial da receptividade das novas gerações.

Se à *tradição* etimologicamente corresponde o sentido de transmitir, de entregar, de legar os valores imateriais e a memória à geração seguinte, ao *tradicionalismo* relaciona-se o significado de apego a um sistema antigo de vida, de sistema de crenças baseado nas tradições – o que na dimensão da política pode ser conceituado como *ideologia*, no sentido

²⁵ Frase atribuída a CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp, 1997.

²⁶ Como será exposto mais adiante, Bourdieu, em sua teoria da prática, vale-se com frequência dos termos gregos *Eidos* e *Ethos*. O primeiro *Eidos*, em grego se traduz por “forma”, que envolve também aspectos abstratos (beleza, ação, pensamento). O termo *Ethos* refere-se à noção de conjunto de valores e hábitos consagrados pela tradição cultural de um povo, ou seja, moral.

de conjunto de idéias de uma época, expostas como sendo comum, mas cujo significado não se faz evidente, como pretende transparecer.

O campo do patrimônio que se institucionaliza na cidade de Goiás, a partir da sua incorporação na rede de cidades históricas, torna-se o espaço em que as relações são socialmente distribuídas de conformidade com a adesão prévia aos princípios de visão e divisão do mundo social: o *tradicionalismo*. Como princípio de visão e divisão do mundo, o tradicionalismo só pode ser conhecido e compreendido “em relação com a legalidade específica desse campo como microcosmo social”. (BOURDIEU, 2001, p. 120).

O maior investimento material e simbólico dos agentes do campo do patrimônio, na cidade de Goiás, com vistas afirmação de seu ponto de vista fundador – o tradicionalismo – foi no sentido de aquisição do título de Patrimônio Mundial. O Dossiê, na sua Introdução, realiza uma significativa síntese de adequação do discurso tradicionalista que procura validar a pretensão ao título de Patrimônio Mundial. Essa parte do documento trabalha com a *memória* como categoria fundamental.

O que distingue Goiás como um texto particular é a “existência de um repertório (ou lendas) que se reproduzem a cada geração” assim como “a reiteração de personagens de outros tempos, recriados e imersos na experiência cultural presente, sinalizando para uma constante busca coletiva de significados. As festas (...) vão costurando as humanidades constitutivas do contexto patrimonial local. Tudo se passa como se alheios às novas sínteses e transformações propostas no final do milênio, os Vilaboenses insistissem em manter um imaginário povoado por fantasmas e alegorias de tempos passados”. (Dossiê – Introdução). Na nota de rodapé, observa-se que o “repertório de histórias, apropriado coletivamente” constituem “narrativas que atualizam, através da reiteração do ato de narrar, os códigos referidos do sentimento de pertencimento a um coletivo específico”.

O Dossiê, no capítulo do Inventário Nacional de Referências Culturais, incorpora 16 das 90 entrevistas realizadas²⁷, com a finalidade de ilustrar o trabalho. Dos 16 entrevistados, pelo menos 13 são pessoas de notória atuação no campo do patrimônio e outras duas, artesãs. São elas: Frei Marcos (padre), Anderson Cavalcante Coelho (médico), Brasilete de Ramos Caiado (funcionária pública aposentada), Jaime do Nascimento Costa (funcionário público federal aposentado), Paulo Betran (historiador), Elder Camargo de

²⁷ As entrevistas integram o Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI, aplicadas na cidade de Goiás entre janeiro e março de 1999, conforme consta do Dossiê.

Passos (não declarou profissão – membro da Ovat), Maria Abadia Januária (do lar, 80 anos), Marlene Veiga Jardim Batista (professora, chefe do Departamento Pedagógico, 53 anos), Seila Maria Vieira de Araújo (professora, 54 anos), Marlene Gomes (professora, 47 anos – dirigente da Casa de Cora), Alice Gonçalves Noronha (artesã – ceramista paneleira, 52 anos), Evandira da Glória Santos (Aposentada – presidente da Associação Beneficente Santa Luzia – Classe Operária, 66 anos).

As 16 entrevistas escolhidas, naquele universo de 90, em maioria são coincidentemente as que foram realizadas com agentes sociais que ocupam relevantes posições no campo do patrimônio e são, por suas posições, portadoras de “energia social” inerente a esse campo de poder. Esses agentes têm em comum um *habitus* manifesto pelo *tradicionalismo*, como um ponto de vista e um modo de construir referenciais simbólicos de manutenção e transformação do mundo social. O *tradicionalismo*, como um apego a antigos modos de vida, mediando a interdependência de valores e relações sociais,²⁸ se impõe como um *habitus* de que os agentes sociais se revestem das experiências passadas,

Nas entrevistas, os agentes sociais se apresentam como membros da comunidade, desprovidos de interesses e de cálculos pessoais. É uma exigência de norma do campo a atuação desprovida de interesse pessoal: o que importa é a cidade, como um bem e um valor maior. A expectativa de mudança, para melhor, é vista como necessária para melhorar a situação do povo: “Deve mudar para melhor, conservar a parte histórica e melhorar a situação do povo” (DOSSIÊ – Jaime Nascimento, entrevista nº 32)

Essa forma de agir desinteressada precisa ser estendida a todos. Os discursos projetam uma forma de ação extensiva à coletividade, como um imperativo do campo do patrimônio: o que se almeja é compartilhamento de um compromisso com a história e com a tradição que se confunde com a cidade de Goiás:

Eu gostaria que as pessoas tivessem realmente esse compromisso com a nossa história, com as nossas raízes (...). Goiás é especial. Ela não pode

²⁸ “Os valores e as relações sociais são interdependentes e reforçam-se mutuamente: as instituições geram conjuntos característicos de preferências, e a adesão a certos valores legitima os acordos institucionais correspondentes. Indagarmos qual vem primeiro ou qual tem prioridade causal não nos leva a parte alguma” (THOPSOM, Michel; ELLIS, Richard & Wildavsky, Aaron. *Cultural Theory*. San Francisco, Westview Press, 1990. P. 12, *in*. Putnam, Robert D., 2002, p. 246.

perder essa característica que tanto a embeleza. A população sabe que é através de nossa história, através da conscientização é que vamos conquistar a cidadania. (DOSSIÊ – Marlene Vellasco, entrevista nº 43)

Ainda de conformidade com Bourdieu, “cada campo é a institucionalização de um ponto de vista nas coisas e nos *habitus*”.

3 Uma distinção: cidade histórica e cidade colonial

A idéia de cidade colonial, como marca da sua identidade cultural, perpassa o imaginário da coletividade vilaboense, associado a uma dimensão heróica da história do Brasil. A sua grandeza está em sua história de inauguração da expansão do país. No discurso de construção e projeção simbólica, a cidade de Goiás aparece indissolavelmente vinculada ao processo de formação do território brasileiro, que se fez a partir da costa atlântica. No esforço de afirmação simbólica da cidade de Goiás, na unidade que trata da justificação de inscrição ao título, o discurso de reconstituição histórica constante do Dossiê insere Vila Boa de Goiás na centralidade desse processo como parte de uma “difícil marcha para o coração do país (que) foi concluída com a instalação da capital federal em Brasília, em 21 de abril de 1960”. De todos os espaços urbanos contemporâneos à sua formação, o da cidade de Goiás é o que tem maior relevância, de conformidade com o Dossiê:

Das duas primeiras capitais que marcaram o começo dessa aventura, Cuiabá (Mato Grosso), perto do centro geográfico da América do Sul, e Goiás, perto do centro geográfico do Brasil, apenas Goiás conservou uma estrutura urbana e uma arquitetura que remontam ao século XVIII, e a paisagem que a cerca permaneceu idêntica àquela encontrada pelos bandeirantes. Goiás é assim a última testemunha desse capítulo fundamental da história do Brasil. (DOSSIÊ – Justificativa de Inscrição – Declaração de valor)

À condição de cidade colonial estão vinculados os símbolos que dão evidência a essa caracterização: as edificações monumentalizadas – edifícios públicos e espaços, representando o poder estatal; templos católicos, que expressam o poder espiritual, tombados num primeiro momento, e as edificações particulares, tombadas com a política de proteção mais ampla do sítio histórico, e que representam um período e um modo de vida identificados como tradicionais.

“O caráter excepcional de Goiás” – conforme consta do Dossiê – deve-se ao seu duplo significado cidade colonial, nascida da exploração do ouro e diamantes, comparando-se na dimensão da história colonial a Ouro Preto e Diamantina (em Minas Gerais), e às cidades recentes que asseguram o controle do centro do Brasil (a Marcha para o Oeste):

Goiânia e Brasília. A cidade é apresentada como o testemunho mais representativo do que eram as cidades no período colonial:

Sua arquitetura é menos original do que de Ouro Preto, sua paisagem é menos extraordinária que a de Diamantina, mas, em contrapartida, ela permaneceu mais próxima de suas condições de origem e, nesse sentido, representa mais exatamente o que eram as cidades brasileiras nos séculos XVIII e XIX (Id.)

Em torno desse “caráter excepcional” funcionam esquemas de *classificações práticas*, “sempre subordinadas a funções práticas”, (BOURDIEU, 1998, supra. cit.), com a finalidade de firmar critérios da identidade local. Por meio desses critérios, notadamente a dimensão das práticas genericamente nomeadas de tradição ou tradicional, são articuladas as representações com vistas à produção de efeitos simbólicos do reconhecimento das suas particularidades e distinção no mercado de que se articula em função do campo do patrimônio, tanto em nível nacional quanto transnacional.

Uma característica distintiva do “colonial” local, é a simplicidade arquitetônica:

Nós temos um colonial simples, muito simples mesmo, sem maior pompa como existe em certas cidades mineiras, baianas. Nós não temos essa pompa, como também o Rio de Janeiro (...). Embora simples, ele tem sua importância porque soubemos preservá-lo quase intacto (...). A importância da cidade está em sua história, nos seus calçamentos irregulares. (...) aí está a diferença nossa de centenas de cidades do Estado de Goiás e em todo o Brasil, por suas características de preservação. Muito pouco foi mutilado no Centro Histórico. (DOSSIÊ – Brasilete Caiado – entrevista nº 31)

Nesse espaço urbano marcado pela simplicidade vigora a sabedoria que manteve a característica colonial, preservando-a “quase intacta”. O que a distingue de outras cidades é a preservação – que foi assegurado à custa do abandono político-administrativo e

da estagnação da atividade urbana, originada nas disputas e projetos políticos que marcaram a década de 1930 e culminaram com a mudança da capital para Goiânia.

A consagração do estilo de vida colonial

A noção de *cidade colonial* distingue-se da expressão *cidade histórica* por seu alcance descritivo e analítico no campo da história urbana, como um instrumento teórico que procura dar conta das dimensões *espacial*, em termos de paisagem urbana, e *temporal*, ao evidenciar a presença do agente colonizador. É uma noção que possibilita interpretar a inserção das referências simbólicas de diferenciação no espaço urbano sob intervenção externa. A denominação de *cidades históricas*, no Brasil, tem a finalidade comum de designar núcleos urbanos antigos que conservam conjuntos arquitetônicos reconhecidos por seus atributos históricos e que se estabelecem como pontos de referência para a construção da identidade nacional.

A expressão cidade histórica está consagrada no discurso do campo do patrimônio como uma classe de bens culturais. O Icomos, na Carta de Washington, reconhece que “todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade da sociedade através da história e são todas, por essa razão, históricas” (Carta de Washington. In: IPHAN, 2000, p. 281). Esse documento de 1986, com o subtítulo de “*Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas*” diz respeito “às cidades grandes ou pequenas e aos seus centros ou bairros históricos com seu entorno natural ou construído que, além de sua condição de documento histórico, exprime valores próprios das civilizações urbanas”.

Cidade histórica refere-se, portanto, a uma classe de bens culturais que, vistos como produto e testemunho do passado, se constituem em “um elemento essencial da personalidade dos povos”²⁹. Ao ser identificada como patrimônio histórico, atribui-se à cidade histórica um valor nacional, valor este que se funda em um sentimento de pertencimento à comunidade nacional e legitima a sua natureza de monumento, uma referência na construção de uma identidade coletiva.

²⁹ Recomendações sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas – Conferência Geral da Unesco – 15ª sessão, Id., p. 123.

A classe de bens culturais a que pertencem as cidades históricas diz respeito aos bens móveis e imóveis de relevância para o patrimônio cultural de cada país, “tais como as obras de arte e arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico e arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluindo arquivos musicais”³⁰. A seleção e a designação dos bens culturais, reguladas por lei, obedecem a um padrão específico do campo do patrimônio que, como tal, tem seu regime próprio de funcionamento.

O discurso dos agentes que detêm o poder simbólico de atribuir valores aos bens culturais, embora tenha se flexibilizado nos anos recentes, tem sua centralidade na “noção de excepcionalidade que é tributária das idéias de genialidade e de originalidade atribuídas pelo movimento romântico ao ato de criação, que põem em destaque o sujeito da criação ou herói, ator de fato memorável” (FONSECA, 1997, p. 226). Conforme a autora, a expressão “valor excepcional”, constante do Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, reflete uma noção de valor voltada para a definição do patrimônio cultural identificado basicamente com os estilos europeus em versão brasileira.

Os questionamentos a essa limitação permitiram o reconhecimento legal, na forma do Decreto nº 3551 de agosto de 2000, para fins de registro, de bens culturais de natureza imaterial como constituintes do patrimônio cultural brasileiro, rompendo de com o paradigma de “pedra e cal”, que dava privilégio às edificações na instituição de monumentos históricos. O decreto, em seu § 2º, reafirma o princípio de que “a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”.³¹ O bem, uma vez registrado de forma competente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, denomina-se "Patrimônio Cultural do Brasil".

³⁰ Carta de Paris – *Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e a impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais* – Conferência Geral da Unesco – 13ª sessão – In: Iphan, 2000, p. 98

³¹ O Decreto-lei nº 25, de 30/11/37, assinado por Getúlio Vargas, define a organização da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como a atribuição básica do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan.

Cidade colonial como fator de distinção

A expressão *cidade colonial* traduz-se como categoria de descrição e análise do espaço urbano em termos da diferenciação espacial e temporal do fenômeno da urbanização sob intervenção externa. Quanto ao primeiro termo – *cidade* –, este é relacionado à *povoação importante*, associada geneticamente à urbanização como um processo de distinção das atividades produtivas: “as cidades são a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era mais necessária. Quer dizer, essas cidades só podem existir pelo *excedente* produzido pelo trabalho da terra”. (CASTELLS, 1983, p. 42). Conforme Castells, interessado na crítica do planejamento urbano, o que realiza numa perspectiva marxista do que ele chama de *produção social das formas espaciais*, as cidades se configuram como centros religiosos, administrativos e políticos, concentrando atividades e populações num espaço restrito, onde se verifica um sistema cultural específico, a cultura urbana. Cidade é, portanto, a tradução espacial do fenômeno da urbanização.

O sentido de cidade colonial, coletivamente compartilhado na cidade de Goiás, expressa um período de grandeza e heroísmo. A cidade é, em sim, um conjunto herdado do avanço dos bandeirantes:

A cidade de Goiás foi fundada em 1727, como núcleo de mineração de ouro, pelos bandeirantes de São Paulo, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera – *o diabo que era* ou *diabólico*, em Tupi – como o nome de Arraial de Sant’Ana. (...) logo surgiram diversas de lavras e garimpos de ouro. (DOSSIÊ – Proposição descritiva – A Capitania)

A epopéia relacionada à cidade de Goiás, na sua condição colonial, articulando o tempo presente ao seu passado de grandeza, como estratégia de apresentá-la como merecedora de um lugar de destaque no campo do patrimônio, relaciona o período colonial não com o compromisso com a dominação externa, mas com a construção do futuro – ou os dias de hoje. A representação simbólica de Goiás no período colonial é como a afirmação da conquista portuguesa, superiores nos “territórios usurpados aos espanhóis” – e não como a dominação e submissão territorial que tipifica o colonialismo:

Goiás desempenhou, então, um papel estratégico importante como centro de colonização da savana brasileira, cumprindo, durante mais de dois séculos, algumas das funções exercidas por Brasília, capital do país desde 1960. (Id.)

O segundo componente lingüístico – *colonial* –, relativo a colônia, desdobra e completa o sentido do conceito para comunicar a afinidade da idéia da formação espacial urbana com elementos externos, inerentes ao processo de colonização, que é “o processo de expansão de colônias e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial” (GENTIL, 1992, p.181). A organização do sistema de dominação institucionalizada de um Estado sobre outros povos é indicada pela expressão *colonialismo*, que pode ser entendido como uma doutrina específica que orienta a prática da imposição da dependência econômica, social, política e cultural a territórios ocupados. É o colonialismo também um método de organização da produção por meio da exploração da força de trabalho local.

A noção cidade colonial não se confunde, assim, com a idéia corrente de espaço urbano dotado um conjunto arquitetônico de estilo do período do Brasil Colônia, comum aos argumentos da indústria do turismo. Aqui, o propósito é o de me apropriar de um conceito largamente utilizado nas descrições e análises das cidades que trazem a marca histórica do processo de colonização.

Colonialismo moderno

O colonialismo moderno se inicia com as viagens de exploração dos portugueses³², marcado então pela ampliação das atividades comerciais. Com a Revolução Industrial, proporcionada pela acumulação, na Europa, a partir da Inglaterra desde 1780, de riquezas extraídas anteriormente às colônias, inaugura-se uma nova fase do colonialismo. Até então, predominava a *administração direta* das colônias. A nova racionalidade capitalista, amparada nos fundamentos filosóficos do liberalismo, introduz a chamada *administração*

³² Para efeito de recorte cronológico, a conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415, é considerada pelos historiadores como ponto de partida para a expansão ultramarina portuguesa.

indireta (indirect rule) nas colônias sob controle da Inglaterra, por meio da Companhia Inglesa das Índias Orientais.

De qualquer modo, quer na administração à ibérica (direta) ou à inglesa (indireta), a expansão colonial se dá pela combinação de ações militares e de tratados que têm como consequência a destruição ou remodelagem dos sistemas sócio-políticos pré-existentes em função dos interesses da ordem colonial (GENTIL, 1992, p.183). Isso é o que interessa reter neste estudo para efeito de apreender a extensão dos termos *cidade colonial* como uma construção lógica para dar conta da questão da planificação do espaço urbano da cidade de Goiás, cidade que surgiu em um contexto colonialista e do qual extrai a sua identidade e projeta o seu futuro.

A condição de cidade colonial é o que fundamenta os argumentos a favor da proclamação da cidade de Goiás como Patrimônio Mundial: “Com sua arquitetura, a cidade de Goiás é um exemplo do estilo europeu adaptado aos aspectos climáticos, geográficos e culturais do centro da América do Sul”³³, conforme registrou o historiador finlandês Jukka Jokillehto em documento apresentado ao Icomos, em Helsinque, em 2001, para efeito de defesa da concessão do título. A preservação da condição de colônia europeia, associada aos elementos que a distinguem de outras cidades coloniais do Brasil, é o valor simbólico de maior relevo no processo de concessão do título de Patrimônio Mundial.³⁴

O reconhecimento da existência um espaço urbano marcado notadamente pela atividade colonialista das potências ocidentais é o fundamento da condição de cidade colonial. Conforme Brown (2003, p. 152, *passim*), a característica paradigmática da cidade colonial é a acentuada divisão espacial, em termos de paisagem urbana, e temporal, pela constatação da presença do colonizador. Ainda de acordo com essa autora, são paradigmas de estudos de cidades coloniais – Bombaim e Calcutá, no Sul da Ásia, (a elas se somam outras não-ocidentais, como Hong-Kong, Jacarta e Macau), sob domínio inglês, entre fins do Século XVII e início do Século XX. A divisão espacial se caracteriza pela dicotomia de concepção colonialista de “cidade negra/cidade branca”, ou “cidade negra/fortificação”. A

³³ O Popular, Especial – “Riquezas de Goiás são reconhecidas no mundo” – 27/06/2001

³⁴ A Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura criou em 1972 a Convenção do Patrimônio Mundial, cabendo ao Icomos – sigla em inglês do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade.

construção da fortificação demarca a presença ocupacionista com sua força militar, ao mesmo tempo em que abriga o entreposto para os comerciantes.

Neste estudo, pretendo, com a noção de cidade colonial, subsidiar uma interpretação das características do espaço urbano da cidade de Goiás na dimensão das construções das diferenciações do mundo social. A sua condição de cidade colonial não pertence ao passado: ela se atualiza de várias maneiras, quer na sua condição de monumento, como cidade histórica, desejada e enaltecida; quer na sua condição de cidade que se mantém na dependência externa dos novos migrantes – os turistas; quer na forma da articulação de interesses das elites locais com interesses externos no processo de reconhecimento público e inserção da cidade de Goiás na rede mundial de cidades turística; ou ainda na atualização cotidianas das relações sociais caracterizadas pelos profundos laços de dependência e forte controle social mediados pela hierarquia determinada pelos nomes das “famílias mais antigas da cidade”, e que se traduz nas práticas cotidianas de apego às formas antigas de vida do tradicionalismo.

O lugar da cidade colonial

O espaço urbano do que hoje é a cidade de Goiás, a exemplo de cidades de Minas Gerais e Mato Grosso, tem sua origem remota no chamado urbanismo minerador, pelo o qual esses e outros territórios passam a se incorporar à colônia portuguesa. Paulo Bertran (BERTRAN, Paulo, apud NEIVA, 2001, p. 170, *passim*), analisando o desenvolvimento urbano de Vila Boa, utiliza-se dos conceitos de *incidentalidade* e *intencionalidade*. À incidentalidade corresponde à urbanização caracterizada pelos arraiais, nas áreas de divisão dos espaços de mineração (BERTRAN, apud COELHO, 2001, p. 170, *passim*).

A fase seguinte, complementar à primeira, constitui-se a intencionalidade na urbanização, entre 1730 e 1740. Ao lado da ocupação espontânea, define-se a estrutura urbana que resulta no estabelecimento de ruas definitivas.

As distinções espaciais começam nesse período a marcar a cidade de Goiás: ao sul do Rio Vermelho, que corta a cidade, surgem duas praças muito amplas, com o formato de triângulo irregular, contendo vários prédios públicos (MORAIS, *op. cit.*, p. 133.): sede do governo provincial, no Largo da Matriz, casa da Contadoria, Igreja de Santana (1726), Casa da Fundação (1751), Igreja Paroquial e da Boa Morte (1779), tendo como vizinhas as pessoas

de maior poder econômico. Logo acima, mais ao sul, foram construídos a Casa de Câmara e Cadeia (1761) e um notável Chafariz de Cauda (1778), próximo ao Quartel do Vinte (1747). (MORAES, 2002, p. 133). O quadro evolutivo pode ser verificado por meio dos mapas do Anexo II – C, constantes do Dossiê.

No lado oposto, após o Rio Vermelho, foram construídos a Igreja do Rosário (1734), a Igreja de Santa Bárbara (1780), a Igreja da Abadia (1790) da comunidade dos negros, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e, mais tarde, o cemitério público. O regimento do hospital era aplicado por seis cidadãos abastados, residentes na cidade. O hospital tornou-se um dos meios de controle social, uma vez que aglomeração de pessoas desocupadas – formada vadios e vagabundos – representava risco de contaminação.

A organização espacial da cidade de Goiás ocorre, dentro da ordem colonial, de modo a impor princípios de divisão simbólica do mundo social, a impor formas de classificação e a estabelecer hierarquias e organizar o mundo social arbitrariamente, de conformidade com os propósitos de distinção segundo os padrões e interesses externos.

Conforme Coelho (2001), na última etapa do desenvolvimento urbano de Vila Boa, entre os anos de 1770 a 1800, correspondente ao declínio da produção de ouro na região, aumenta o interesse pelo comércio e o governo investe para impedir o refluxo populacional da Capital. O governador Cunha Menezes defende a idéia de intervenção no espaço urbano, definindo a regularidade das ruas em função de se impor a regularidade de comportamentos. Conforme estudo de Roberta Delson (1997), citada por Coelho, em carta enviada ao Ouvidor da Comarca da Vila Boa, o governador Cunha Menezes teria exposto a sua teoria de que:

a boa administração começava com a construção de vilas corretas. Se uma perspectiva agradável pudesse ser conseguida por meio de alinhamento das ruas e da uniformização das fachadas, então se poderia esperar que os habitantes da localidade seguissem o exemplo e mostrassem uma conduta civil decente. Assim sendo, o governador propunha que daí por diante todos os prédios a construir e reconstruir em Vila Boa se ajustassem a um plano diretor, para que a capital provincial pudesse compartilhar “do sistema praticado em todas as nações civilizadas da Europa” (DELSON, 1997, p. 84, apud Coelho, 2001, p. 183).

Ainda conforme Coelho, o resultado desse interesse de Cunha Mezenes foi a elaboração de uma planta que propõe o crescimento ordenado, com a demarcação de novas ruas e indicação da expansão urbana. A formação urbana com base na *incidentalidade* passa se combinar com a *intencionalidade* “para organizar espacialmente o crescimento do núcleo, direcionando ruas e becos, e assim determinando as características arquitetônicas dos edifícios”, (COELHO, 2001, p. 185) – associando-se regularidade do espaço urbano com a regularidade de condutas, de conformidade com o sistema civilizado da Europa.

O processo de reordenamento e controle do espaço urbano monumentalizado, na cidade de Goiás, em função da sua inserção na rede mundial de cidades históricas e de sua indicação ao título de Patrimônio da Humanidade, nos últimos anos, atualiza as formas de vida tradicionais, como valor e norma central do campo do patrimônio, para a imposição de pontos de vista e estabelecer diferenciações tanto no espaço urbano quanto no espaço social.

Atraso, decadência e campo do patrimônio

A idéia de *decadência*, associada a isolamento, se impõe como uma imagem construída negativamente como parte de um sistema de classificação e de representação de um modo de organização da sociedade e do espaço territorial de Goiás; trata-se de classificação instituída por detentores de elevado capital simbólico: as autoridades do Governo provincial, com o seu capital político; os viajantes estrangeiros do Século XIX, detentores de elevado capital cultural; na década de 1930, com o discurso assumido por Pedro Ludovico, mediado por técnicas de propaganda com a finalidade justificar a mudança da Capital para Goiânia e, posteriormente, pela apropriação do termo pela academia como um conceito particularmente relevante da sociologia e da história de Goiás.

O longo conflito político da década de 1930 acentua-se com o movimento de mudança da capital do Estado para Goiânia. Conforme assinada Paulo Bertran em entrevista que compõe o Dossiê, é dessa época o termo pejorativo “Goiás Velho”:

A mudança da capital para Goiânia foi muito traumática, de uma violência incrível. Tanto que a própria denominação: Goiás Velho, (...) surge naquela época. Era uma coisa meio “aquele povo atrasado, aquele povo antigo”, aquilo é um Goiás Velho. Não é só pejorativo. É descritivo. Aquilo é o

passado, é um passado ignóbil, um passado velho, é atraso e novo estamos vivendo, é Goiânia. Estamos colonizando o cerrado. (DOSSIÊ – Paulo Betran, entrevista nº 37).

Esse modo de classificação negativa traduz as lutas pela construção da identidade regional, em diversos momentos da história, estabelecendo-se os estigmas, as marcas do lugar, como estratégias de “impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por esse meio, fazer e desfazer grupos” (BOURDIEU, 1998, p 113).

No campo do patrimônio cultural, com a sua autonomia fundada no capital simbólico acumulado, a articulação de interesses de agentes locais e regionais atualiza o tema das antigas formas de relações políticas e econômicas que, combinadas, se vinculam à constituição e à persistência dos termos *decadência* e *atraso*, registrados pela historiografia. Essas concepções aparecem sempre associadas à idéia de *isolamento* – paradoxalmente o atributo permitiu manterem-se intactas as características arquitetônicas e a originalidade das tradições da cultural imaterial local.

Mas é nessa noção de decadência e, particularmente *atraso* – ou marasmo –, associada à realidade objetiva do ritmo da vida social na cidade de Goiás, entre as décadas de 1960 e 1970, que se pode encontrar os elementos da conjuntura em que se definem as escolhas, as tomadas de posições de agentes sociais para a efetiva constituição do campo do patrimônio como um campo amplamente hegemônico, fundado nas possibilidades de aproveitamento do patrimônio histórico: o turismo começou a despontar na cidade da década “de 60 (1960) para cá”, conforme testemunho de Antolinda Borges, citada em outra unidade, que atribui a Mauro Borges o incentivo ao turismo com o restabelecimento simbólico da cidade de Goiás como capital do Estado, na data do aniversário de sua fundação.

Porém, como está exposto em outra unidade desta dissertação, o retorno simbólico da capital para a cidade de Goiás, na data do seu aniversário, não é do agrado dos antimudancistas. É precisamente após a queda de Mauro Borges e, por conseguinte, da dilapidação da herança política de Pedro Ludovico, com o golpe militar de 1964, que surgem as condições de possibilidades de restabelecimento das práticas do tradicionalismo político, mediadas pelo capital representado pelo patrimônio histórico. Nesse momento, há no Estado de Goiás uma retomada das expressões de poder da sociedade rural, portadora dos valores tradicionais.

Decadência e atraso

O modo como se estabeleceu e se relacionou, desde o período inicial da vida da província – depois ao Estado – e, em particular, à sua antiga capital os predicados *decadência* e *atraso* atenderam, no início, às estratégias classificação e de imposições imagens da sociedade local, com a finalidade de justificar as limitações políticas e as práticas sociais, e até mesmo para dissimular formas ilícitas de acumulação de capital no período da economia de mineração, conforme assinalam Betran e Chaul (1998). Essa estratégia de classificação é amplamente reprisada nas crônicas viajantes, em seus relatos sobre Goiás, elaborados dentro do paradigma de civilização da Europa; mais tarde, esses termos se firmam com *status* de categorias de análise sociológica e histórica.

A idéia de *decadência*, que surge paradoxalmente nos primeiros anos da exploração do ouro, no Arraial de Santana (BERTRAN, 1998, p. 12.), instaura-se como um termo cujo sentido é o de demarcar no contínuo do espaço geográfico uma descontinuidade específica: Goiás, distante e isolado após o Rio Paranaíba. Constrói-se a idéia de uma região, um mundo social separado, com modos de vida distintos e distantes dos padrões da civilização européia.

Antiga para os padrões do processo históricos brasileiros, a cidade de Goiás tem, de modo particular, a sua imagem fortemente associada a essas marcas que a apenas desde a sua origem e que se reproduziram e ampliaram nos períodos de disputas políticas mais acentuadas. Essas marcas traumáticas deixadas pelas experiências passadas, são verdadeiros estigmas que, com seus contornos de categorias conceituais, se desdobram: *decadência* (da economia de mineração), *marasmo financeiro*, *atraso*, *estagnação*, *indolência do povo*, *regressão sócio-cultural*.³⁵ Esses termos compõem quadros de concepções da acerca da realidade social, econômica e territorial de Goiás, desde a ocupação colonial, penetrando na contemporaneidade.

O conceito central de *habitus* de Bourdieu implica uma condição histórica: ele é “produto da história, o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história,

³⁵ Essas marcas negativas aparecem reiteradamente na historiografia goiana, por exemplo, desde a apropriação que Palacin (1986) faz das fontes de Silva e Souza, passando por Chaul (1988) e nos estudos de Coelho (1998) sobre a formação do espaço urbano na cidade de Goiás. Nos debates mais recentes, na década de 90, que envolvem a questão dos valores vilaboenses, surge uma revisão dessas noções, em que se relativizam essas características.

portando, em conformidade com os esquemas engendrados pela história”. (BOURDIEU, 1983, p. 76). Os agentes sociais, conforme Bourdieu, são

dotados de senso prático (...) de um sistema de preferências, de princípios de visão e de divisão (...) de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto de incorporação de estrutura objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e resposta a adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (...) (BOURDIEU, 2001, p. 42).

Para o autor, os princípios de regularidade e continuidade constituem “um sistema de disposições passado que sobrevive no atual e que tende a perpetuar-se no futuro, atualizando-se nas práticas estruturadas segundo seus princípios.” Os princípios de disposições que fundamentam os *habitus*, integrando as experiências passadas, são o princípio das transformações e das revoluções.

O termo *decadência* aplicado particularmente como uma forma de instituir percepções, de fazer crer na existência de um modo singular de viver particular na cidade de Goiás e, de modo geral, o Estado de Goiás, é correlato à idéia de *atraso* econômico e cultural. Conforme Paulo Bertran, a idéia de decadência é recorrente na historiografia. Mesmo no auge do período de mineração, que durou cerca de 60 ou 70 anos, é usado pelos administradores locais da colônia tanto como um argumento para justificar a fragilidade de suas gestões, desqualificando as regiões sob sua responsabilidade, quanto para encobrir fraudes fiscais dos mineradores. É certo que houve decadência intrínseca dos depósitos de ouro aluvionários, bem como decadência da economia mineratória, que não são características exclusivas da província de Goiás.

No entanto, a noção de decadência e a de atraso se firmam mediadas pela *literatura dos viajantes*: “É em 1819–1723 que para todo o sempre fixa-se a imagem de decadência de Goiás na historiografia, graças aos viajantes estrangeiros Auguste de Saint-Hilaire, francês, Johann Emmanuel Pohl, boêmio, Raymundo José de Cunha Mattos, português, e o Pe. Luís Antônio da Silva e Souza, o proto-historiador goiano, ordenando na Itália” (BERTRAN, 1997, p. 13).

Filiando-se à linha de interpretação histórica de Betran e adotando uma perspectiva de história da cultura da sociedade, Chaul afirma que em torno da idéia de decadência é que

se estabelecem as interpretações acerca da sociedade goiana que transitou da economia da mineração para a da pecuária. A tese desse autor é a de que “há, na cultura moderna, uma representação em torno das idéias de decadência e atraso, traduzidas pelo embate entre o agrário e o urbano, o atraso e o desenvolvimento, o antigo e o moderno, pares antitéticos que se associam à representação mais abrangente e tradicional da relação campo x cidade” (Chaul, 1998, p. 16).

A construção da imagem de decadência para Goiás, fixada na literatura dos viajantes – Saint-Hilaire e Pohl e, antes, pelos próprios administradores da província – é insustentável, segundo Chaul, diante dos dados objetivos do desempenho da economia e, sobretudo, da dificuldade desses observadores de entenderem que têm diante de si uma outra formação social distinta daquelas a que seus olhares se acostumaram – a da Europa – com ritmo social também muito diferenciado. O isolamento é uma contingência geográfica que se supera pelos avanços das trocas comerciais, especialmente as de produtos agrícolas. A idéia de atraso, como um produto da arbitrariedade e da estratégia do conservadorismo político – conforme Francisco Itami Campos que tematiza o poder na Primeira República no Estado em *Coronelismo em Goiás*³⁶ –, antitética à de progresso, também não se sustenta, segundo Chaul, visto que, de modo objetivo, tanto aos pecuaristas, como força política conservadora, quanto aos agricultores, representando setores emergentes da economia, interessava superar as limitações aos avanços da economia regional, traduzidas na expansão da ferrovia em Goiás, ensaiada desde o começo do século XX.

Entretanto, a noção de atraso, oposta ao desenvolvimento, se incorpora de forma incômoda às temáticas acadêmicas mais recentes. Rabelo (1993, p. 311, *passim*) faz uma análise de estudos histórico-descritivos que têm o Estado de Goiás como objeto, notadamente das imagens sociais que dele formularam, fundadas na preocupação com a superação de atraso e isolamento. É o caminho da construção de uma nova e afirmativa expressão do Estado de Goiás, que se ancora na imagem da *goianidade*. Afirma Rabelo:

(...) a leitura dos trabalhos científicos vai mostrando que, além das explicações que os autores formulam sobre Goiás, para além das definições

³⁶ “A partir das críticas que foram feitas aos principais líderes da política estadual que conscientemente procuraram manter o atraso e o subdesenvolvimento do Estado, com a finalidade de não perder o domínio total de Goiás, é que afirmo que o atraso era uma forma de controle político” (CAMPOS, apud. CHAUL, 1998, p. 134).

teórico–metodológicas, pretende-se passar algo mais ou construir mais do que um discurso científico – pretende-se formular uma imagem ou, de outra forma e sem nenhum rigor no uso do conceito, pretende-se construir uma identidade. Isto parece evidente em alguns trabalhos e menos em outros. (...) (RABELO, 1993, p. 312).

Rabelo observa que a *goianidade*, como imagem social estabelecida ao nível do discurso científico, está acima das distinções teórico-metodológicas e, portanto, não é construída da mesma maneira. Porém, em distintos estudos há uma preocupação latente em demonstrar a condição do Estado de Goiás quanto à sua posição no cenário nacional – especialmente face ao Sudeste – e à superação do atraso que se dá por seu oposto: o desenvolvimento, o progresso.

A superação do estigma de atraso e decadência não se dá por completo no microcosmo social da cidade de Goiás, constituindo um quadro permanente que perpassa fortemente a memória da coletividade:

(Com a transferência da capital) muita gente mudou. A cidade ficou num abandono. Tirou-se a escola de farmácia, de odontologia, escola de direito, a banda de música. (...). Fundei *(uma escola)* e lecionei gratuitamente aos soldados para servir ao meu país e ao meu Estado (...) Aí a escola não pôde continuar porque mudou-se tudo para Goiânia. (Goiandira do Couto, *in* BORBA, 1998, entrevistas).

De 30 a 70 foi uma época muito difícil pra nós. Muita gente saiu da cidade, não tínhamos escola. Aqui só tinha o ginásio. Foi criado o científico, o normal acabou. Então, com a vinda da faculdade, com a primeira vinda da extensão de pedagogia que veio pra cidade, em 70, 78, depois veio a faculdade Cora Coralina, a escola em si aumentou muito, melhorou. (Antolinda Borges, *in* BORBA. 1998, entrevistas).

Os elementos de resistência para ultrapassar a marca do atraso e da decadência são o que buscam os agentes sociais que se associam no campo do patrimônio, onde encontram

meios de pôr em prática as estratégias de visibilidade do capital simbólico de que dispõem, que é o patrimônio histórico e as suas expressões de tradições culturais. Subjacentes a esse processo estão práticas sociais fundadas no tradicionalismo, que asseguram a posse das vantagens e ganhos simbólicos e materiais aos que integram o campo do patrimônio ou para os quais são cooptados, aderindo às regras em vigor. As formas antigas de vida sobrevivem para recompor a identidade constituinte da tradição, dos valores “parcialmente fragmentados” do tradicionalismo.

A exaltação em torno da importância do título de Patrimônio da Humanidade e sua condição de cidade histórica – que é fortemente mediada pelos veículos de comunicação de massa –, opera a construção do reconhecimento coletivo ao significado histórico da cidade e de seu papel de monumento na construção da identidade nacional. É o prêmio pelo culto comunitário ao passado e à reconstituição das práticas e dos rituais que dão singularidade e visibilidade a Vila Boa de Goiás, entendidas como expressões das tradições locais.

Ethos e tradicionalismo

Uma interpretação possível desse processo deve considerar a mobilização a partir do *campo do patrimônio* dessas *disposições transponíveis* constituídas por princípios inconscientes, que para Bourdieu são produtos uma aprendizagem dominada por um tipo determinado de regularidades objetivas e que constituem o *Ethos*, entendido basicamente como disposições éticas, características, condutas habituais, individuais ou de grupos. O *Ethos* do campo do patrimônio consiste, assim, de princípios socialmente adquiridos e dialeticamente construídos (ao mesmo tempo estruturantes e estruturados) a partir das regularidades imanentes do culto e da difusão das representações dos valores das tradições locais e da condição da imagem de cidade histórica. O *Ethos* do campo do patrimônio se manifesta no apego aos valores que representam a tradição inscrita no seu espaço arquitetônico, nas representações da cultura imaterial e nas formas de “energia social”, intrínsecas a esse campo de poder hegemônico, no microcosmo social – a cidade de Goiás.

Os princípios inconscientes que fundamentam esse *Ethos* têm suas regularidades na história social e assim podem ser procurados nas biografias e nos núcleos formadores da tradição política e cultural de Vila Boa de Goyaz – as famílias tradicionais, que emprestam

seus sobrenomes na composição dos espaços e das posições no campo do patrimônio. Esses agentes sociais é que encarnam a expressão do *tradicionalismo* como prática social, atualizado pela política de valorização patrimônio nacional. Para Canclini, as operações de preservação, restauração e difusão do patrimônio cultural são “a base mais secreta da dissimulação social que nos mantém juntos”, tornado-se fonte do consenso coletivo e contornando as divisões “de classe, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio”. (CANCLINI, 1997, p. 160). Para o autor,

Foram esses grupos – hegemônicos na América Latina desde as independências nacionais até os anos 30 deste século (XX), donos "naturais" da terra e da força de trabalho das outras classes – os que fixaram o alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também alguns bens populares sob o nome de “folclore”, marca que indicava tanto suas diferenças com respeito à arte quanto à sutileza do olhar culto, capaz de reconhecer até nos objetos dos “outros” o valor genericamente humano.

O registro da presença e do reconhecimento das famílias tradicionais de Goiás é uma das âncoras da pesquisa consolidada na proposição descritiva da cidade de Goiás, no Dossiê, com vista ao título de Patrimônio Mundial. No item 18, o formulário pede que o entrevistado nomeie “famílias antigas”:

Para mim, as famílias mais antigas são: Fleury, **Veiga**, Alencastro, Jardim, **Passos**, Cardoso, Amorim, Camargo, Saddi, Castro, **Curado**, **Caiado**, Pacheco, Jubé, Couto, Bueno, Félix, Bulhões, Albernaz, Ferreiro, Craveiro, Guedes e Coelho. (DOSSIÊ – Marlene Veiga, entrevista nº 42).

As famílias mais antigas são: Bueno, Carvalho, Pinheiro, Sabino, **Passos**, Camargo, Fleury, Godoy, Machado, Cupertino... São tantas famílias, são muitas! (DOSSIÊ, Elder Camargo de Passos – entrevista nº 39).

Amorim, Velasco, Alves de Castro, Fleury, Couto, Ortiz de Camargo, Rocha Lima, Santana, **Passos**, Sócrates, **Caiado**, **Caiado de Castro**, **Curado** e etc., porque são muitas. (DOSSIÊ, Brasilete Caiado – entrevista nº 31).

Fleury, **Curado**, Couto, **Caiado**, Guimarães, Castro. (DOSSIÊ, Goiandira do Couto – entrevista nº 67).

Caiado, Passos, Fleury, Veiga, Alencastro, Curado, tem tantas... não dá pra lembrar todas (DOSSIÊ, Alice Gonçalves Noronha – entrevista nº 46).

O médico Aderson Cavalcante, nessa série entrevistas que integra o Dossiê, ao fazer referência às famílias antigas, traduz o significado da tradição familiar, conferindo uma dimensão política à identidade do natural de Goiás:

A família do Elder (*Passos, Camargos*) Fleury, Passos, os **Caiados**, os Castros, todos esses (...), elementos de famílias boas que não saíram de Goiás, que Pedro Ludovico não teve condições de arrastar. Eles ficaram em Goiás, não foi sob protesto não, eles não saíram daqui. Eles acharam justo criar Goiânia, mas eles ficaram aqui. Disse: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira” (DOSSIÊ – Aderson Cavalcante Coelho – entrevista nº 18).

Os nomes das famílias antigas aparecem perpetuados na nomeação dos espaços públicos na cidade de Goiás, o que nem sempre assegura o reconhecimento da notoriedade pretendida. Autora de um estudo sobre nomes e codinomes das vias públicas de Goiás, Rosimar Coelho Magalhães da Veiga Jardim, natural da cidade, evidencia a luta simbólica de imposição de nomes a esses espaços:

desde a época colonial, as ruas (de Goiás) tomavam os nomes dos ofícios nelas existentes ou recebiam nomes das pessoas ilustres que nelas moravam ou ainda eram denominadas por suas características física-geográficas, pitorescas ou sociais. (...) Com o passar do tempo, novos

costumes, novos personagens da história precisam ser homenageados. (JARDIM, 2001, p. 15).

Na apropriação do espaço geográfico pela imposição simbólica de nomes de vias públicas pode-se encontrar vínculos com organização do espaço urbano como forma de classificar, estabelecer hierarquias e organizar o mundo social. No entanto, a nomenclatura estabelecida pela tradição popular não cede facilmente à nomeação oficial, à “manipulação da memória coletiva, (...) silenciando a memória popular, (...) essa memória coletiva é posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder” (id., p. 20). Assim os codinomes de ruas, becos, travessas e de outros espaços públicos sobrevivem às imposições dos personagens do momento, por efeito força da identidade urbana historicamente construída.

Mas o controle simbólico das grandes edificações que são a representação dos poderes do Estado e da religião está nas mãos dos agentes sociais que ocupam e dominam posições no campo do patrimônio: Palácio, Museu, Catedral, Casa do Bispo, Igreja, Casa de Cora – são nomeações que procuram perpetuar formas dominação simbólica.

A política de proteção os bens históricos acolhe mais de perto os interesses dos grupos integrados ao campo do patrimônio ao interpretar seus anseios de definir o sítio histórico: o núcleo histórico da cidade é o que há de mais representativo do sistema simbólico que estrutura as práticas sociais do *tradicionalismo* – em “pedra cal”, o ideal da tradição se faz visível, papável e admirável:

Outro dia, teve um povo aqui que disse que aqui é muito mais bonito que Ouro Preto, por que é mais simples, mais aconchegante e também toca mais na gente, é mais autêntico (Goiandira do Couto, *in* BORBA, 1998, anexo – entrevistas).

Essa organização espacial e social atende aos imperativos das negociações de interesses de caráter interno e externo: a aceitação internacional da cidade, como sítio histórico e cultural, depende de ela manter os padrões de sua história colonial. A manutenção desse padrão se deu graças ao isolamento imposto à cidade de Goiás a partir da campanha de Ludovico para mudar a capital, desenvolvida de forma traumática, conforme acentua Bertran, na entrevista anteriormente citada. Contra a mudança da capital se institui na cidade

de Goiás o antimudancismo, que reúne a elite a que Anderson Cavalcante chama de pessoas éticas que não se deixaram vencer pela violência nem pela cooptação política. Médico, nascido no Piauí, assumindo a *goianidade* como uma peculiaridade pertinente à cidade de Goiás, Anderson Cavalcante, aos 74, em 1999, declara: “Eu vim morar em Goiás, saí da Luziânia, vim morar aqui em Goiás, pra pegar aquilo que Goiás me deu que foi a educação, educação de berço, educação de Goiás” (DOSSIÊ – Anderson Cavalcante Coelho – entrevista nº 18).

Conforme acentuo na unidade em que teço considerações sobre cidade colonial, o reconhecimento da cidade de Goiás por parte do Icomos recai na condição de espaço urbano de colônia européia e na sua singularidade, quando comparada a outras cidades históricas – Ouro Preto e Diamantina. Essa singularidade colonial pode ser considerada tanto no plano da organização do *espaço urbano* quanto na estrutura do *espaço social*. Em uma, está objetivamente distribuída a população; em outra, os agentes sociais são distribuídos conforme os princípios de diferenciação proporcionada pelo volume de capital (econômico, cultural, político) disponível, em que o princípio de visão e divisão do mundo social se constitui no *tradicionalismo*, por valores inscritos em modos ancestrais de vida.

No plano ancestral do período colonial, as representações simbólicas regidas por esse princípio do campo do patrimônio tecem, cotidianamente, o significado e o sentido da experiência histórica da Vila Boa de Goyaz, vinculando-a aos séculos de fausto e riquezas imaginárias, quando “levaram o ouro e deixaram as pedras” – como registra Cora Coralina na sua ação poética de monumentalização da cidade de Goiás.

Quem detém poder de nomear, indicar e impor significado ao espaço urbano e nele demarcar a condição de monumentos, destinados a lembrar a importância de Goiás para o país e para si mesma, constrói formas de conhecimento do passado das quais dependem as experiências do presente. Operando na dimensão na memória do senso comum, coletivamente compartilhada, os fatores do presente tendem a influenciar as recordações do passado, “mas também os fatores do passado tendem a influenciar, ou a distorcer, a nossa vivência do presente”. (CONNERTON, 1999, p.3). As “imagens do passado servem normalmente para legitimar a ordem social presente” (id., p.4). As imagens do passado da cidade de Goiás são, em larga escala, construídas no campo da literatura, das artes plásticas e da música. Delgado (2003) associa a produção poética de Cora Coralina ao processo de monumentalização da cidade de Goiás – e de si mesma – mediando a invenção das tradições.

Citando Le Goff, a autora afirma que o “o domínio do campo do patrimônio torna-se um *‘instrumento e um objetivo do poder’*.”³⁷

As condições de possibilidades de superação da condição de “isolamento” e de “atraso” como contingência geográfica e política associada à cidade de Goiás se colocam mediante a indagação: “Goiás vai viver de quê?”, posta objetivamente por agentes sociais que detém considerável capital político, cultural e, sobretudo, capital social – entendido com rede de relações. O capital social se apresenta como uma forma de poder que se nutre da legalidade dos princípios do tradicionalismo. Esse modo antigo de vida, na cidade de Goiás, é cultivado como o componente que confere qualidades de autêntica e de original à *goianidade* particular de *vilaboense*.

As práticas do tradicionalismo estão particularmente inscritas na dimensão da política e nas formas de convivência cotidianas, em que os valores relacionados à família ocupam posição central. A distribuição dos poderes e a construção das identidades locais se correlacionam à proeminência e a importância do nome da família a que pertence o agente. Conforme se encontra exposto anteriormente neste trabalho, a indicação de “famílias antigas” é um tópico relevante nas entrevistas que ilustram o capítulo do Dossiê – Proposição de Inscrição da cidade de Goiás ao título de Patrimônio Mundial, da Unesco.

Na série de entrevistas documentadas, pode-se ler as reiteraões de nomes de maior expressão no microcosmo social, cujas biografias se associam à constituição da história da cidade de Goiás, dentre as quais destaca-se a da família Caiado. Dentre as “famílias antigas”, a dos Caiado é que mais profundamente demarca o campo da política e a vida social na cidade de Goiás. Ela, em si, pelas lutas simbólicas que encampa – no passado e na contemporaneidade – traduz o sentido de antimudancismo que os agentes sociais assumem como herança.

Entre as biografias particulares dos agentes que assumiram posições no campo do patrimônio e encamparam a luta para a inserção de Goiás na rede de cidades históricas do país encontra-se individualizada a de Brasilete Caiado. Se Cora Coralina assume relevância no campo literário para a monumentalização de Goiás, Brasilete Caiado encarna, como matriarca, o agenciamento do movimento que promove a vitalidade cultural da cidade. Para tanto, ela articula o capital político e o capital social de que é herdeira, por direito ao nome

³⁷ LE GOFF, Jacques. (1984), “Memória”, in Enciclopédia Einaudi, V. 1. Portugal, Imprensa Nacional, – Casa da Moeda, p. 46, cit. in Delgado, 2003, p. 432.

com que assina como “a nona de uma irmandade de 11 filhos” (Brasilete Caiado – Dossiê, entrevista nº 31) – filha de Brasil de Ramos Caiado. Como tal, Brasilete integra um núcleo central da família Caiado e se encarrega da luta para manter a expressão simbólica da tradição de que é portadora.

A preservação do patrimônio histórico e cultural é o meio de salvaguardar as “ideologias dos setores oligárquicos” (CANCLINI, 2000, p.160, op. cit). Na década de 1960, ao se questionar sobre as alternativas de vida coletiva para Goiás, estigmatizada pelo “atraso”, os inventores da Ovat percebem novas condições de possibilidade na interconexão da preservação do patrimônio cultural e o turismo³⁸. O campo do patrimônio em que se insere a cidade de Goiás, passa assumir-se como espaço de exercício de novas formas de poder, que se legitimam por meio da exaltação e atualização de formas de vida correlacionadas ao tradicionalismo.

As condições de possibilidades abertas ao campo do patrimônio delineiam também as lutas e conflitos que o caracterizam. De início, a combinação de preservação do patrimônio e atividade turística é localizada no ato da transferência e retorno simbólico do poder para a antiga capital, a partir de 1961, como uma estratégia de afirmação política de Mauro Borges. Porém, coincide a queda do então governador, por efeito do golpe militar de 1964, é que a autonomia do campo do turismo passa a se definir na cidade de Goiás, ancorado nos grupos que se identificaram pela atitude de resistência contra a mudança da capital para Goiânia: “Daqui não saio, daqui ninguém me tira”.

A autonomia requerida pelo campo do patrimônio, como campo de poder, torna-o diferenciado de outros campos, mas esse campo mantém, com os demais campos, formas de interconexões necessárias à sua sobrevivência. Para tanto, cultiva similitudes com o campo da cultura, o campo da política e o campo econômico, por exemplo, com os quais estabelece alianças estratégicas para sua manutenção e visibilidade. Conforme Bourdieu, “deixando de se encarnar em pessoas e instituições especializadas, o poder se diferencia e se dispersa (...): ele só se realiza e se manifesta por meio de todo um conjunto de campos unidos por uma verdadeira *solidariedade orgânica*, ao mesmo tempo diferentes e interdependentes” (BOURDIEU, 2001, p. 120).

³⁸ Cf. Delgado, 2003, p. 426.

4 Oligarquia e patrimônio histórico

Por seus nomes, as famílias também de auto-monumentalizam: pelos valores da tradição que cultivam, os nomes das famílias se impõem como referências que fazem sentido de conformidade com a posição que assumem seus representantes nos campos sociais interconectados: no campo da política, da cultura e da educação, por exemplo. No campo do patrimônio, um campo de poder cujo domínio se faz reconhecer hegemonicamente sobre a cidade, esses nomes de família se mesclam na estrutura de administração do patrimônio histórico e cultural, em âmbito local e regional, e constituem o núcleo do que é chamado de “a panelinha” (Cf. entrevista de Elder Camargo de Passos).

Entre as pessoas entrevistadas que consideram que o “título ajuda a cidade de Goiás”, (53,4%) há 16,93% que associam essa “ajuda” com a concentração de capital e vantagens materiais e simbólicas para “algumas pessoas privilegiadas” (6,9%); para com benefícios para o centro da cidade de Goiás (10,3%); e “não traz benefícios” (28,4%), (Gráfico n____ “*Efeito do título na condição de vida*”). Ao responder os questionários, esses entrevistados, embora se acautelam nos comentários complementares, geralmente vinculam esses agentes “privilegiados” à “panelinha” ou ao quadro administrativo relacionado às atividades rotineiras do campo do patrimônio. Entre as vantagens materiais estaria, por exemplo, a ajuda supostamente prioritária nas reformas das casas e áreas públicas afetadas pela enchente que atingiu a cidade no último dia do ano 2001; isso se soma à insatisfação com o desconhecimento implícito quanto destino dos recursos financeiros anunciados para a cidade de Goiás³⁹, e às restritas oportunidades de trabalho no espaço relacionado ao patrimônio histórico.

A inserção da cidade de Goiás no campo do patrimônio está estreitamente vinculada à ação de agentes cuja distinção social se estabelece pelo nome de família, identificados

³⁹ Em 19 de janeiro de 2004, o site goiasnet.com.br informava sobre a visita à cidade de Goiás do representante do Comitê do Patrimônio Mundial, o argentino Alfredo Conti, e que “mais de 90% dos monumentos danificados (*pela enchente*), entre calçamentos de ruas e casas históricas, já foram recuperados, a um custo de mais de quatro milhões de reais, entre recursos municipais, estaduais, federais, iniciativa privada e da Unesco”. (www.goiasnet.com.br)

como portadores da legitimidade da origem vilaboense. São “as famílias mais antigas” arroladas no Dossiê – a exemplo de Veiga, Jardim, Passos, Cardoso, Camargo, Saddi, Castro, Curado, Caiado, Pacheco, Jubé, Couto, Bueno, Félix, Bulhões, Albernaz, Ferreiro, Craveiro, Guedes, Borges. São nomes cujas biografias particulares estão de alguma forma inscritas na história da cidade de Goiás. O nome de família traz, por si, uma carga de legitimidade da distinção e reconhecimento social.

Pertencer ao pólo dominante significa contar com a probabilidade de encontrar submissão de determinado grupo de pessoas, por diversos motivos, inclusive hábitos inconscientes – conforme a teoria sobre a vigência da legitimidade elaborada por Weber (1994, p. 139). No campo do patrimônio, as posições dominantes são privativas dos que detêm a delegação estatal para instituir, nomear e administrar os bens culturais, exercendo um grupo determinado a hegemonia na construção das representações das expressões de identidade regional que, por sua vez, se definem como parte da totalidade nacional.

Os bens e as práticas tradicionais, cujo prestígio simbólico não “admite discussão”, são mediadores da sobrevivência dos setores oligárquicos ou tradicionalistas. Conforme Bittar (2002, p.137)⁴⁰, na cidade de Goiás, considerando o ambiente histórico da passagem do Século XIX para o Século XX, o fator econômico tem reduzida importância na divisão social: a relação de convivência é terminada pela tradição e pela a dedicação à ilustração. O preciosismo cultural, manifestado pelo apego à língua francesa e o “indisfarçável amor à terra goiana” são, naquele período, traços característicos da mentalidade vilaboense, acrescentando a autora que:

Na cidade de Goiás, o fator econômico não é determinante da divisão social. Homens e mulheres de poder aquisitivo diferenciado convivem, entre si, numa relação determinada pela tradição. A elite não é formada apenas pelos ricos, como por exemplo, os Bulhões. Em boa parte, inclui pessoas cujos filhos se apresentam com “panos remendados, de pé no chão

⁴⁰ BITTAR, Maria José Goulart. As três faces de Eva na cidade de Goiás. Goiânia: Kelps, 2002. Nessa obra, lançando mão da teoria weberiana de *tipo ideal*, a autora descreve a mulher vilaboense caracterizada, por seu papel social, em três momentos históricos, vinculando essa descrição à noção de etapas do processo de desenvolvimento econômico da região desde o período minerador até 1937: na etapa da mineração, há a concubina (negra e índia); na fase agro-pastoril de subsistência, surge a matriarca (fase de “embranquecimento”); no início do século XX, prevalece a mulher que combina afazeres domésticos (matriarca) com atividades fora do lar, inclusive como professora e em ofícios tipográficos – e a intelectual, linhagem a que se vincula, por tradição, Cora Coralina.

e livros nas mãos”⁴¹. É uma elite que se caracteriza, principalmente, pelo apego à tradição e o amor à ilustração. (Bittar, 2002, p. 137)

A autora, para fundamentar sua análise, remete-se à tese de Roberto DaMatta que faz a distinção entre *indivíduos* e *peças*, acentuando o sistema de relações de pessoas quanto à eficácia de compensação das diferenças econômicas, um sistema em que o fator mais importante é o parentesco.

No entanto, a idéia de que “a elite não é formada apenas pelos ricos” e que “se caracteriza, principalmente, pelo apego à tradição e ao amor à ilustração”, na verdade encontra referência teórica fundamental nas teses clássicas de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque que, conforme Sena (2000) têm como

ponto de partida (...) a formação da vida social dos domínios rurais, cuja organização e permanência é assegurada pela família patriarcal entendida como ordenamento de relações de sangue, dependência e de subordinação. Ao oferecer-se como modelo primeiro de organização social a família, e não o indivíduo, torna-se a primeira unidade social estável da sociedade brasileira, penetrando – através de sua função normativa e reguladora – em todas as esferas da vida social e política, garantindo um elo de continuidade entre o passado colonial e o presente. (SENA, 2000, p. 90).

Ao discutir as concepções de família patriarcal de Gilberto Freyre e Buarque de Holanda, e as suas críticas, especialmente quanto ao seu caráter de interpretação homogênea de formação da sociedade brasileira, Sena refere-se também à afirmação de Maria Ângela de Almeida (1987), que considera que “o *Ethos* da família patriarcal teria permeado todas as outras formas concretas de organização familiar no Brasil, não apenas no *passado*, mas também no *presente*” (*Id.*, p. 110).

A preponderância da autoridade da mulher – que o termo *matriarca* define como a figura feminina que representa a base ou a chefia da família –, é vista por Bittar (2002), em Vila Boa de Goiás, como uma contingência decorrente da ausência do marido que, na

⁴¹ A expressão entre aspas a autora remete a uma entrevista com Bernardo Elis, na mesma obra.

maioria das vezes, ocupa-se com trabalhos fora da cidade. “Através do exercício da autoridade, (a “*matriarca/vilaboense*”, como um tipo ideal) adquire muito poder no espaço doméstico e acaba por adquirí-lo, também, no espaço público, na medida em que consegue independência econômica através do trabalho que exerce fora de casa”. (BITTAR, 2002, p. 160). Contudo, esse poder matriarcal é posto a serviço da elevação da “figura e da força do homem, reforçando sua construção de mandonismo masculino; e os homens, por sua vez, valorizam a mulher, estabelecendo-se, a partir daí, um espírito de cumplicidade e amizade”. (*Id., ibid.*). Par a autora, a vilaboense matriarca é uma pseudoprisioneira; submete-se ao machismo que estimula, mas possui um poder que chega a influenciar as mais poderosas oligarquias.

A maneira árabe de reclusão da mulher, consoante a tradição ibérica, não é apenas reconhecida, mas aceita e exaltada como um traço da tradição identitária vilaboense. Conforme Freyre (Apud SENA, 2000), com a “reeuropeização” da sociedade brasileira, com a presença da corte portuguesa a partir de 1808, impõe-se um controle ao desmedido poder da família patriarcal em todos os sentidos, facilitando

a integração social da mulher, antes reclusa à maneira árabe, pelo apelo da corte, dos eventos sociais, das festas e da generalização dos saraus (...). Um outro movimento de idéias, vindo também da Europa, mas centrado na burguesia industrial, reconduz a mulher de volta à casa (...). Na ausência dessa base (*expansão da burguesia industrial*), o estilo moderno da família conjugal foi apropriado e modificado pela mentalidade pervasiva da família patriarcal; a forma moderna encapsulando o substrato tradicional e garantindo a permanência do *Ethos* patriarcal até hoje. (SENA, 2000, p. 111)

A figura da “matriarca/vilaboense”, construída por Bittar, é assim, contingencial, subordinada ao *Ethos* patriarcal, no sentido de característica social indicado por Sena. Por sua vez, Bourdieu distingui, na sua teoria da prática, o sentido de *Ethos* como princípio que estrutura as percepções do mundo social e, desse modo, se vincula à prática social por ser fundamento de “princípios inconscientes” e constituir-se como

disposição geral e transponível que, sendo produto de uma aprendizagem dominado por um tipo de regularidades objetivas, determina as condutas “razoáveis” ou “absurdas” (as loucuras) para qualquer agente submetido a essas regularidades (BOURDIEU, 1994, p. 63).

Se o *habitus* funciona como operador que efetua prática social como sistema de disposições duráveis fundadas no aprendizado passado, o *Ethos* situa-se o plano da norma, da característica e da conduta habitual e encerra em sua profundidade os “princípios inconscientes” da vida social – ou *eidós*.⁴²

Campo do patrimônio e privilégios

As privações materiais e simbólicas identificadas na pesquisa de campo, expressas parcialmente na frustração de expectativas de melhorias das condições de vida na cidade de Goiás, conforme exposto anteriormente, coexistem com fortes considerações negativas de que o título ou “prejudica a cidade” ou “não traz benefícios” (Tabela nº 01 - “*Efeito do título para a cidade*”). Mas, especificamente dentre aqueles que integram o grupo que considera que o “título ajuda a cidade de Goiás”, (53,4%) registram-se 12,9% de declarações de que ajuda apenas algumas pessoas “privilegiadas”, o que amplia a avaliação negativa dos efeitos da concessão do título quanto à fruição das suas vantagens materiais e repartição do capital simbólico na cidade.

Esses privilégios são atributos da “panelinha”, ou seja, dos agentes cuja posição no espaço social se encontra no pólo dominante, especialmente na configuração do campo do patrimônio. Nesse campo, como o *locus* onde se travam as lutas por interesses específicos quanto ao patrimônio histórico e cultural, particularmente por vantagens materiais e simbólicas, tem como *habitus* específico um modo de pensamento – conforme Bourdieu, um *eidós* – que é “um princípio de uma construção específica de realidade, fundado em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível dos instrumentos de construção e dos objetos assim construídos (um *Ethos*).” (BOURDIEU, 2001, p. 121). Ao termo *eidós* associam-se

⁴² Cf. nota constante da página 34.

as noções que fundamentais das ações e pensamentos; ao *Ethos*, vincula-se o conjunto de valores e hábitos consagrados pela tradição.

O “valor indiscutível”, no campo do patrimônio, está inscrito no conjunto de bens culturais e nas práticas tradicionais, na cidade de Goiás, aludidas no Dossiê. Uma exigência para o acesso ao campo é o reconhecimento de *Ethos* da tradição – com seus valores e hábitos – e conseqüentemente pela adoção de um ponto de vista tradicionalista ou, além disso, aberto à possibilidades de reestruturação consoante as regras com que se joga nesse campo.

Os membros das famílias tradicionais – as famílias antigas de Vila Boa de Goiás – são, por nascimento, identificados simultaneamente com o *Ethos* do campo do patrimônio e com *habitus* fundados no modelo patriarcal: são conhecidos e reconhecidos pelos nomes de suas famílias e assim constroem suas identidades de goianos – a goianidade. Os nomes são, sobretudo, uma forma essencial de capital simbólico, pelo qual os agentes impõem suas distinções na hierarquia social e, desse modo, se autodefinem como “um valor indiscutível” e estabelecem sua autonomia pessoal e social.

O estilo colonial que se preserva no espaço urbano, por meio da política do patrimônio histórico, encontra sua correspondência na preservação de um estilo de vida consoante a tradição, com alguns aspectos ofertados ao consumo do turismo cultural: alimentação, música, um modo de vida “simples” – preservados e reinventados em parte, a exemplo de alguns marcos que se incorporaram à própria arquitetura de estilo colonial reconstituída.

Conforme Bourdieu, “dentre todas as distribuições, uma das mais desiguais e, em todo caso, a mais cruel, é decerto a repartição do capital simbólico, ou seja, da importância social e da razão de viver” (BOURDIEU, 2001, p. 294). Ainda conforme esse autor, na hierarquia das dignidades e indignidades, o nobre contrapõe-se ao pária estigmatizado, que carrega a maldição de um capital simbólico negativo. Na cidade de Goiás, a condição de nobre é dada pela importância do nome, ou pela proximidade de “famulagem” – para usar um termo de Gilberto Freyre –, mantida por relações de fidelidade e apadrinhamento político.

O *Ethos* do patriarcalismo – ou do matriarcalismo que no caso considero sem maior precisão conceitual, de forma limitada, como parcialmente intercambiáveis – se manifesta no discurso da preservação de valores do “o colonial simples, sem pompas”, o “compromisso com nossa história e nossas raízes”, (conforme se reitera nas entrevistas que compõem o

Dossiê), com as coisas que caracterizam a família, como o gosto musical ou a tradição da atividade comercial identificada com famílias imigrantes árabes de fins do Século XIX. O valor da família, no imaginário de exaltação da cidade de Goiás, chega a ser transposto para os foram historicamente subjugados à escravidão— negros e índios:

Nós sabemos através da história que foi através da família negra, junto com a família indígena, assim desde o antigo imperador, do império lá, eles calçaram a cidade de pedra; essa pedra, essa calçamento de Goiás é que representa o verdadeiro Goiás, viu, tá representando o histórico, o antigo, valoriza o antigo (Anderson Cavalcante Coelho, médico aposentado – Dossiê – entrevista nº 18).

A relação entre *família patriarcal* e *oligarquia* é bastante estreita e se distingue no plano das práticas sociais. A família patriarcal é a base da constituição do poder oligárquico. Buarque de Holanda que ocupa-se, em *Raízes do Brasil*, com os fundamentos do caráter da formação social brasileira, argumenta que, na sociedade colonial, nos domínios rurais, a organização familiar se dilata:

Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que própria palavra “família”, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*. (HOLANDA, 1995, p. 81)

A extensão do *Ethos* patriarcal para a dimensão política resulta na formação de grupos de poder que, no caso brasileiro, denomina-se *oligarquia*. Conforme Machado (1990), na sociedade oligárquica, fundada na tradição, o poder da classe dominante teria por base a propriedade da terra. Como um fenômeno latino-americano, “as formas de controle predominante se caracterizariam pelo personalismo, se baseando em laços de família e amizade, havendo, com frequência, o apelo pessoal, o caciquismo e o caudilhismo”

(MACHADO, 1990, p. 33). Ressaltando a imprecisão conceitual do termo, a autora referencia-se em Carone:

Ao sentido primitivo da palavra **oligarquia** – governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas – juntou-se no Brasil um conceito mais específico: o de governo baseado na estrutura familiar. (CARONE, 1975, p. 269, apud MACHADO, 1990)⁴³

O termo oligarquia, ao distanciar-se da sua acepção original, geralmente é empregado com uma carga de valor negativo. O controle das instituições do campo da política pela prática da oligarquia implica uma identificação entre governo e partido político, em que o *Ethos* da família patriarcal é a referência. Em Goiás, os estudos acerca da formação regional aponta a constituição de grupos aos quais que se aplica o termo oligárquico – como o bulhonista, xavierista, além do caiadista. Na sua análise sobre coronelismo em Goiás, Campos (1987), sem se preocupar com a sua conceituação ou caracterização, afirma: “(...) muitos autores distinguem coronelismo de oligarquia meramente pelo âmbito da ação política.” (CAMPOS, 1977, p. 13). A política coronelística, um fenômeno associado à formação da República, é sempre caracterizada por pactos de compromissos, envolvendo diversos níveis de poder – federal, estadual e municipal. Há um pacto de poder público mediado pelas elites que manipulam as instituições republicanas, principalmente o processo eleitoral.

De qualquer modo, tanto ao que se denomina *oligarquia* quanto *coronelismo* trazem consigo o *Ethos* da família patriarcal com suas práticas sociais orientadas pela tradição, tendo como elemento central o fortalecimento dos laços familiares, incluindo a prática de casamentos entre parentes que asseguram a transmissão e a permanência na família da herança material e as formas de poder local. “A cidade de Goiás (*na segunda metade do século XIX*) é dominada por algumas famílias que, para isso, apóiam-se, antes de tudo, nos nomes tradicionais” (BITTAR, 2002, p. 164)

O estudo do parentesco, um domínio privilegiado de longa tradição na Antropologia, não cabe desenvolver aqui. O que importa é salientar o sentido essencial que tem o parentesco na constituição do *Ethos* da família patriarcal e, por extensão, da formação

⁴³ CARONE, E. A República velha I: *Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1977.

oligárquica e sua sobrevivência, na forma do tradicionalismo, mediada pela preservação do patrimônio histórico e cultural. Importa também, conseqüentemente, entender as suas implicações no processo de repartição desigual do capital simbólico, em particular na dimensão capital social – tanto no tocante ao seu significado de rede de relações quanto no sentido estrito de mobilização de recursos materiais e simbólicos no desenvolvimento social.

Ao analisar as teorias do parentesco em seu estudo sobre o campesinato⁴⁴, Ellen F. Woortmann compara diversas concepções sobre o tema, incluindo a de Bourdieu, cotizando-a com a de Lévi–Strauss. Segundo a autora, a noção de aliança é central na perspectiva teórica de Bourdieu, relacionado-se com a questão da reciprocidade, em que a troca é uma guerra, um jogo que envolve estratégias em que o tempo entra como elemento de cálculo:

é preciso calcular o tempo da resposta, pois esse é um jogo entre aliados–inimigos. A reciprocidade só pode implica mais *enmity* que *amity*”. (...). Com relação ao campesinato francês, ele (*Bourdieu*) mostra que o que está em jogo, no jogo das aliança, é o patrimônio e a honra da *casa*, e a troca de mulheres envolve poder. (...) Essas pessoas (*concretas, envolvidas no jogo*) são, sobretudo, as próprias *casas*, e certamente não indivíduos. A casa e a terra são coisas que são também pessoas. (...) Para Bourdieu, mais que os noivos, importa a reprodução de cada *casa* e do jogo entre elas, a reprodução da sociedade. (WOORTMANN, 1995, p. 89, *passim*).

Ainda conforme Woortmann, o conceito de aliança formulado por Bourdieu é parte da sua teoria da prática e esta envolve a noção de *habitus*, “resultante de práticas historicamente engendradas, que por sua vez organiza essas práticas, reproduzindo a estrutura” (*idem, ibidem.*).

Esse *habitus*, portador de um *Ethos* da família patriarcal originária dos “domínios rurais”, efetiva-se nas práticas sociais que operam na estruturação do campo do patrimônio. São as disposições duráveis, “princípio que gera e estrutura as práticas e as representações” – conforme Bourdieu. Vistas por essa perspectiva, a prática tradicionalista, caracterizada pelo apego a formas antigas de vida, constitui-se de *habitus* de um tipo peculiar que se funda em práticas “historicamente engendradas” com o objetivo de garantir, cotidianamente, a

⁴⁴ Em sua obra *Herdeiros, parentes e compadre*, Ellen F. Woortmann analisa as relações que interligam grupos domésticos – as famílias – considerando o parentesco como prática de reprodução social.

continuidade e a permanência da estrutura da família patriarcal, com seu patrimônio material e simbólico. Nesse contexto, a preservação do patrimônio histórico e cultural – monumentalização de espaços urbanos e naturais, móveis, objetos de culto religioso, artes plásticas, costumes e rituais –, além de instituir referências culturais de afirmação nacional, tem a finalidade de conservar e atualizar o passado e as práticas sociais consoantes ao tradicionalismo local.

O campo do patrimônio é uma esfera social em que o capital social, como rede de relações, é acionado de modo a se assegurarem vantagens materiais e simbólicas em função da condição de possibilidades inerentes à monumentalização do espaço urbano, dos bens imóveis e dos “móveis e integrados” – como símbolos religiosos. Mas é também – e sobretudo – um espaço de visibilidade social, onde seus integrantes e postulantes ao campo encontram condições de usar seu patrimônio pessoal, seu capital simbólico, obtendo a consagração pública, livrando-se da insignificância mediante o reconhecimento social de sua identidade. Para isso, valem sacrifícios, renúncias e dedicação abnegada. A própria condição de vilaboense é um atestado dessa dedicação. O vilaboense é aquele portador da disposição de jamais renunciar à sua cidade, ou que a adotou “desde sempre”; que ao seu tempo, mesmo diante da sedução da nova capital e da força de cooptação de Pedro Ludovico, não se afastou da cidade de Goiás; ou ainda distanciando-se dela no espaço geográfico, não perdeu o apego e fidelidade ao apelo das suas tradições.

Brasilete Caiado: paradigma do tradicionalismo

Uma biografia particular – a de Brasilete Caiado⁴⁵ – pode ser destacada como paradigmática entre os agentes que, na cidade de Goiás, apostaram no jogo do campo do patrimônio e, ancorados no capital simbólico do nome da família, ativaram as energias sociais desse campo de poder. Brasilete Caiado – ao lado de outros nomes de famílias tradicionais e que compõem uma rede relações de lealdades estabelecidas por vínculos do tradicionalismo, além de alianças do parentesco propriamente –, esteve desde os primeiros momentos no topo da configuração do campo do patrimônio, na cidade de Goiás. Ela

⁴⁵ Brasilete Caiado faleceu em 20 de setembro 2003, aos 72 anos, em acidente de automóvel, recebendo uma das mais comoventes e espetaculares homenagens durante seu funeral.

compunha o núcleo da chamada “panelinha”, assim denominado, com valoração negativa, os grupos de pessoas identificadas, por exemplo, com a Ovat e outras instituições que se ocuparam da questão da inserção da cidade de Goiás no campo do patrimônio.

Filha do quarto casamento então Presidente do Estado, médico Brasil de Ramos Caiado⁴⁶, a nona entre os irmãos e a mais velha das irmãs, Brasilete, conforme a tradição patriarcal, assume a função de guardiã do núcleo da família:

Eu sou a nona de uma irmandade de onze filhos, então, as mais velhas herdaram tudo, a diferença era muito grande... para eu e minha irmã caçula. Então, assim, os mais velhos é que ficaram com as coisas, com as jóias. Eu fiquei até com um anel de meu pai, com um brilhante que ele ganhou de formatura, mas já passei para as minhas sobrinhas, que eu não sou apegada com essas coisas (Brasilete Caiado – Dossiê – entrevista nº 31).

Mais que guardiã do patrimônio familiar, Brasilete é também sentinela avançado do patrimônio histórico e cultural. Já no período de criação da Ovat, em 1966, Brasilete está entre os que vislumbram as condições de possibilidades que se dão com a dissolução do grupo político de Pedro Ludovico, em face da deposição do seu filho Mauro Borges do Governo do Estado. O golpe militar de 1964 representou também uma vitória do grupo caiadista, um triunfo da família de Brasilete.

À atuação de Brasilete estão associadas várias ações que, traduzindo o ressurgimento político das elites agrárias, promovem uma espécie de ajuste do tradicionalismo cultural às imposições da modernidade – a que a vida urbana da cidade de Goiás sempre procurou, a seu modo, acompanhar (CHAUL, 1997; BITTAR, 2000).

A família Caiado, conforme estudo empreendido por Mirian Bianca Amaral Ribeiro (1996), de origem nobre de Portugal, referenciada – e reverenciada – por um brasão que correspondente a um elemento fundamental da distinção do nome da família. O nome Caiado está profundamente associado à formação agrária da região, em contraponto à exploração do ouro: enquanto as fontes do metal se esgotavam, os domínios rurais se expandiam – na afirmação do historiador Paulo Bertran, em Goiás a pecuária precedeu à mineração. E se

⁴⁶ Brasil Ramos Caiado governou o Estado de Goiás de 1925 a 1929, constituindo e liderando um dos mais representativos grupos de poder: a denominada oligarquia caiadista.

houve decadência econômica, foi a da produção do ouro, com seu esgotamento. A atividade pecuária se manteve, avançou e “proporcionou o desenvolvimento do mercado interno e serviu de base para a ascensão plena da agricultura” (CHAUL, 1997, p. 85) Em função dela, estruturaram-se os núcleos familiares e suas tradições das famílias extensas, com suas alianças matrimônias, que são também políticas, como estratégias de reprodução social.

A propriedade da terra e, com ela, a pecuária são ocupações dos Caiado desde o século XVIII. A constituição da oligarquia caiadista tem por núcleo a estrutura da família patriarcalista, originária dos “domínios rurais”, que rende culto à ancestralidade portuguesa. Com o golpe militar de 1964, há uma retomada dos valores tradicionais, o que é justificado de modo emblemático em entrevista do pecuarista Manoel dos Reis, mais tarde prefeito nomeado de Goiânia pelo governo militar, citada por Dalva Borges de Souza:

Por tradição, era o homem da zona rural de Goiás, que realmente constituía a grande massa aqui do Estado. E até hoje, ainda é o grande suporte da sociedade goiana, é a classe rural, embora morando na cidade, é a classe rural, é a tradição da família. Ameaçavam, (*os comunistas*) falavam em divórcio, essas coisas todas. (Manoel dos Reis, *in* SOUZA, 2004, p. 107–8)

Brasilete Caiado, como um tipo de “matriarca/vilaboense” descrita positivamente na obra de Maria José Bittar, é vista como mulher empreendedora e, assim, uma espécie de antítese de Cora Coralina, que “não fazia nada. Nem os doces que vendia. Só escreveu aqueles poemas”, conforme declarou uma entrevistada sob condição de não se revelar seu nome.

A música é uma das ocupações tradicionais da mulher vilaboense, conforme descreve Bittar. Pianista, Brasilete Caiado confessa que teve de fazer opção entre a arte e o ativismo cultural:

Isto são demandas do mundo moderno. Até 1979 fui professora de piano. Tinha muitos alunos e gostava muito de piano. Mas quando assumi a direção da Faculdade Cora Coralina, em termos de Estado, não me sobrou mais tempo para ensinar, e com isto fique apenas nos acompanhamentos... Nas festas, acompanhava... (Brasilete Caiado – DOSSIÊ – entrevista nº 31)

A entrada de Brasilete no campo do patrimônio, um campo com normas próprias, se dá por afinidade com os objetivos a ele inerentes: coleção de objetos materiais com significado histórico e cultural e a exigência de *habitus* – conforme Bourdieu –, “inscritos nos corpos pelas experiências passadas”, na forma de uma comunhão de “esquemas de percepção, apreciação e avaliação” (BOURDIEU, 2001, p. 169). Esses esquemas historicamente construídos, incorporados nos sujeitos do campo do patrimônio, são os pontos de vista do tradicionalismo, inseparáveis das oligarquias que, por meio da preservação do patrimônio histórico, asseguram a continuidade, permanência e atualização do seu poder simbólico.

Nesse campo do patrimônio, a mobilização da energia social é facilitada pelo capital social disponível nas redes de relações sociais. Esse capital social está consolidado pela tradição dos laços de parentesco e pela história construída pelo nome da família, o que aproxima e conecta fortemente esse campo com o campo da política, mais que ao campo da economia, por exemplo. Há forte combinação entre o patrimônio histórico e patrimônio político familiar. As estratégias de reprodução e continuidade da família patriarcal por meio de arranjos matrimoniais são, agora, uma expressão de capital social. Em Vila Boa de Goiás, os grupos familiares estabeleceram relações consangüíneas com “reincidências matrimoniais” de membros da família Caiado com “Curado Fleury, Barros, Rodrigues, Rocha, Viana, Curado, Amorim, Veiga, Alencastro e também ampliações com Seixo de Brito, Paranhos e Guerra” (RIBEIRO, p. 183).

Nomes: referências e referentes culturais

A partir do modelo de família patriarcal e da formação oligárquica do poder político, há ilimitadas possibilidades de mobilização e combinação de recursos com vistas às formas de intervenção no campo do patrimônio, bem como de lutas e conflitos no processo de acumulação de capital simbólico e a distribuição do poder simbólico. A proteção de bens culturais de “excepcional valor histórico e artístico”, conforme distinguem as normas de nomeação e o tombamento do patrimônio, segue prescrições legais que são temas de manuais técnicos que os fixam critérios e métodos para definir e estabelecer as distinções desses bens.

Entre os conceitos que orientam essas práticas, o termo “referência cultural” se firma no cotidiano da política de preservação com a finalidade de instituir um ponto de vista que,

nos processos de intervenção, procura distinguir não apenas o valor histórico e artístico dos bens, mas também a sua dimensão simbólica no espaço para a pluralidade e diversidade de seus habitantes. A pretensão é a de superar os limites da monumentalidade, orientando a prática da preservação também pela “dinâmica da atribuição de sentido”⁴⁷.

O método propõe, por meio de pesquisas, a incorporação de bens e de sujeitos excluídos dos quadros de valores considerados pela tradição que rege os critérios de nomeação do patrimônio histórico e cultural. Posto em prática, seus fundamentos apresentam pouco eficácia, no caso da cidade de Goiás. A função de desenvolver e aplicar um modelo de coleção, avaliação, distinção e classificação dos bens sem mantém com os agentes que, no campo do patrimônio, para ter direito de entrar e nele permanecer, incorporam *habitus* inscritos em seus corpos pela experiência passada. No entanto, as disposições duradouras, historicamente engendradas, e a crença que caracteriza o campo em que se inscrevem os agentes, priva-os da possibilidade de serem inteiramente “sujeitos de suas práticas” (BOURDIEU, 2001, p. 169). As condições de possibilidades são, desse modo, dadas pelo processo de negociação entre os agentes do campo do patrimônio local e os que são institucionalizados na estrutura da administração estatal desse campo.

Uma demonstração clara dos limites das regras desse campo é o próprio Dossiê de proposição descritiva de Goiás para a lista do Patrimônio Mundial: as entrevistas realizadas procuram incorporar o ponto de vista dos sujeitos, em sua heterogeneidade, na forma de leituras do contexto cultural local. Esses instrumentos de pesquisa destinam-se apreender as “referências culturais significativas” para esse grupo e assim identificar elementos para compor um quadro avaliativo da cidade de Goiás e dimensionar as possibilidades da aquisição do título para o seu sítio histórico. Os números apontam para a realização de 90 entrevistas aplicadas na cidade de Goiás entre janeiro e março de 1999, conforme já relatei anteriormente. No entanto, apenas 16 foram aproveitadas integralmente no Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI, integrando-se Dossiê. As entrevistas selecionadas privilegiam justamente nomes que compõem o núcleo das famílias tradicionais da cidade de Goiás, portadoras de um conhecimento sancionado pela tradição, a exceção de três pessoas “do povo”, mas que têm atuações correlacionadas ao campo do patrimônio, no artesanato, e estão estreitamente submetidas ao pólo dominado dessa estrutura.

⁴⁷ Cf. LONDRES, Cecília, *in* Inventário nacional de referências culturais, p. 119, *passim*.

A opção para a visibilidade e distinção social, associada à legitimação do discurso do Dossiê, recaiu sobre agentes que representam a continuidade e a defesa de um modo de vida que se conforma à tradição. Os membros de famílias importantes, além de indicar as referências culturais, nomeando e dando significado a bens materiais e simbólicos são, eles próprios, referências pelo significado e distinção dos nomes das famílias que representam. A personagem emblemática de Brasilete Caiado, uma das entrevistadas, era então na cidade de Goiás, sobretudo – e ainda permanece no plano da memória –, referência central desse jogo de alianças da atualização e continuidade simbólica das oligarquias, como herdeira e guardiã do patrimônio e da honra da casa, defensora das formas dos modos de vida antigos da família patriarcalista e oligárquica, na dimensão da prática política local.

Conclusão

A exclusão simbólica que inerente ao campo do patrimônio, na cidade de Goiás, é intrínseco ao processo de composição e demarcação das suas referências culturais, que determina o sentido de patrimônio histórico-cultural e o que os monumentos de Goiás celebram: as formas de vida antiga, correlativas à tradição. Ao se constituir, o campo do patrimônio se caracteriza como um espaço de novas formas de luta e de expressões de poder, bem como atualiza simbolicamente os valores dos modos antigos de vida e suas práticas cotidianas nas relações sociais locais. O campo do patrimônio assegura a atualidade e a sobrevivência do *eidós* do tradicionalismo, ou seja, de “princípios inconscientes” que dão substância ao culto e às práticas identificadas com a tradição. Assim, o patrimônio, na cidade de Goiás, reafirma a continuidade histórica de setores oligárquicos cujos agentes, detentores da marca da tradição, dominam as regras do jogo do campo social em que se dão as lutas e conflitos no processo de acumulação das formas de capital e da distribuição desigual do poder simbólico.

O campo do patrimônio se define em função da materialidade e da dimensão simbólica do sítio histórico da cidade de Goiás, articulando-se com outros campos, como o da política, da educação e da economia. Assim, engloba e incorpora simbolicamente toda a cidade e exerce sua preeminência como campo de poder.

O patrimônio cultural, como modalidade de capital simbólico e bem público que não pode ser alienado, além de ser identificado como referência da cultura da nação, tem sua existência redimensionada pelas próprias instituições que o designam, na medida em que vinculam-no às possibilidades do desenvolvimento regional, particularmente por meio do seu aproveitamento no consumo turístico. As expectativas de melhores dias para a coletividade passam, então, a ser associadas à expansão da atividade turística, imaginada como investimentos, aporte de recursos públicos e privados e geração de emprego e renda. Consoante os princípios que orientam a política patrimonial, incorporar um potencial econômico e promover a produtividade de riquezas inexploradas do patrimônio cultural é uma forma de enriquecê-lo. Integrar esses espaços ao circuito do turismo mundial é motivo do estímulo internacional à preservação e valorização dos sítios e monumentos.

As condições de aproveitamento turístico da cidade de Goiás se estabelecem na década de 1960, mas foram previstas antes por Cora Coralina, após seu retorno à cidade, nos últimos anos da década de 1950. Para ela, com a transferência da capital do Estado e a mudança da capital federal para o território goiano, a cidade de Goiás passaria a ser relevante centro turístico. As circunstâncias históricas tornam-se mais favoráveis à definição de um projeto de revitalização da cidade de Goiás no momento de viragem política, após a deposição de Mauro Borges pelo regime militar instaurado em 1964. Deu-se o extremo enfraquecimento do grupo político de Pedro Ludovico que seu filho, então o Governador representava, e a conseqüente vitória dos antimudancistas, identificados com a tradição política de setores oligárquicos alicerçados na cidade de Goiás. Em ambiente favorecido pela nova conjuntura política nacional, os agentes sociais, antimudancistas históricos, dedicados à revitalização da antiga capital de Goiás e institucionalmente estabelecidos, indagam acerca do que viveria a cidade. Desse modo, assumem a idéia de um movimento cultural de afirmação dos valores e da identidade vilaboense, e identificam, a seu modo, as referências culturais que caracterizam a cidade. De um lado, a materialidade do espaço urbano classificado em parte com patrimônio histórico ganhara, desde a da década de 1950, proteção legal; os vínculos entre o passado e o futuro se encontravam na dimensão do culto aos atributos da tradição, em particular no patrimônio imaterial, com expressão nas práticas da religiosidade popular, a exemplo as representações da Semana Santa.

Investidos do poder de estabelecer classificações e forjar o passado, os agentes que assumem a missão de resguardar e manter as tradições vilaboenses levam à prática as “ações de representação”, (BOURDIEU, *in* Delgado 2003, op. cit), para ganhar existência e visibilidade, como formas de representações de si e de suas posições no espaço social.

Como espaço de lutas e conflitos no processo de acumulação de capital simbólico, o campo do patrimônio, como campo de poder hegemônico na cidade de Goiás, centraliza a distribuição do capital simbólico. A desigualdade inerente a esse processo distributivo exclui da experiência e do significado de patrimônio histórico nacional e de Patrimônio da Humanidade os mais amplos setores sociais da cidade de Goiás. Parte da população, mesmo vivendo no espaço do sítio histórico, não se reconhece beneficiária nem simbólica nem materialmente da condição de moradores de uma cidade denominada de Patrimônio da Humanidade.

Em resposta à pergunta sobre o que é Patrimônio da Humanidade, na cidade de Goiás, 12,5% dos entrevistados afirmam que é a “cidade inteira”, basicamente ou porque a “cidade é um conjunto” ou porque “título foi para a cidade”. Dos que afirmam que é apenas parte da cidade, 39% associam a idéia de que o centro é o Patrimônio da Humanidade ao fato de que é esse o espaço urbano que recebe as melhorias materiais e investimentos públicos, enquanto 27% identificam o centro como Patrimônio da Humanidade por suas referências históricas. Ao afirmar que a região onde moram não faz parte do que se considera Patrimônio da Humanidade, 25% dos entrevistados dizem estão excluídos porque o bairro não recebe os benefícios e a atenção conferidos ao centro histórico.

Todo tipo de capital, seja econômico, cultural ou social, tende, em graus diferentes, a funcionar como capital simbólico quando alcança reconhecimento e legitimidade, conforme Bourdieu. Em relação com um *habitus* predisposto a reconhecê-lo como importante, “produto da transfiguração de uma relação de força em relação de sentido, o capital simbólico nos livra da insignificância, como ausência de importância e de sentido” (BOURDIEU, 2001, p. 296). Entre a população pesquisada, de um lado, registra-se positivamente o reconhecimento da importância do título para a cidade, mas no plano individual e familiar, há um desencanto que se expressa pelo sentimento de não se beneficiar das vantagens materiais e simbólicas, associadas à condição de cidade histórica e do reconhecimento conferido pelo título de Patrimônio Mundial à cidade de Goiás; desse modo, há nessa mostra o compartilhamento majoritário de uma percepção de que ocorre uma distribuição desigual dos efeitos simbólicos do capital, particularmente do capital econômico.

Essa distribuição desigual se verificaria tanto no que se refere às transferências de recursos públicos para o setor privado, visivelmente como a distinção das restaurações e reformas de edifícios tombados; quanto no custeio da máquina administrativa sob controle de agentes da burocracia e das instituições estabelecidas no campo do patrimônio. Essa destinação de recursos, necessariamente institucional, inspira desconfiança e desperta a idéia de que só tem acesso a esses benefícios quem faz parte do núcleo daqueles que estão com a “panelinha”. Do mesmo modo, o turismo como forma desejável de promoção da circulação de riquezas, no julgamento majoritário das pessoas entrevistadas, traz benefícios para quem se encontra no pólo dominante do campo social: donos de hotéis, de pousadas e de restaurante, traduzindo-se muito pouco em termos de emprego e renda.

Entre a maioria – 58% dos entrevistados – para quem o de Patrimônio da Humanidade ajuda a cidade, há a consideração de que essa ajuda se traduz na entrada de recursos (27,5% dessa mostra); e no ingresso de turistas (21,6%); mas há 12% que consideram que o título ajuda apenas a alguns privilegiados.

Contra aqueles 58% de entrevistados para quem o título de Patrimônio da Humanidade ajuda a cidade, há 29% afirmando que o título não traz benefício algum, enquanto 11% consideram que o título concedido pela Unesco prejudica a cidade.

O peso da avaliação negativa, no entanto, não consome o capital simbólico total do significado do título para a cidade de Goiás: 56% dos entrevistados consideram que a cidade de Goiás se tornou melhor para viver. Essa avaliação é mais positiva nos setores censitários mais afastados do centro histórico. Outros 30% afirmam que a cidade está pior para viver, numa avaliação negativa que é maior entre os moradores da região central, e do centro histórico propriamente dito, afetado que é pela intensidade do movimento turístico.

Nas declarações complementares da pesquisa, os entrevistados indicam que a cidade está melhor para viver, sim, mas para quem tem acesso às vantagens materiais, financeiras e simbólicas do campo do patrimônio, para quem possui privilégios decorrentes gestão do patrimônio, na condição de funcionário ou servidor da máquina burocrática, ou a ela tem algum tipo de acesso, por meios clientelistas.

A ascensão definitiva da cidade de Goiás à condição de Patrimônio Mundial reafirma, para seus moradores, a sua distinção de cidade histórica e de referência na constituição de uma identidade nacional. A imagem de cidade colonial que se preservou no tempo, por efeito de um isolamento geográfico e pelo “atraso”, é reconstruída na medida em que a conservação do seu conjunto arquitetônico e de suas formas de cultura imaterial é atribuída ao esforço de agentes que, no microcosmo social, assumem sua identidade de vilaboenses, apoiados nos valores com que se distinguem e que exprimem as tradições locais.

As possibilidades do campo do patrimônio abrem espaços de exercício de novas formas de poder, cuja legitimidade está na exaltação e atualização de formas de vida correlacionadas ao tradicionalismo. O discurso constante do Dossiê, que justifica o pleito ao título de Patrimônio Mundial à Unesco, fundamenta o “valor indiscutível” da cidade de Goiás por bens culturais e por suas práticas tradicionais. Nos seu conjunto e, particularmente, na seleção da série de entrevistas, o Dossiê restitui os fundamentos da profunda desigualdade na distribuição do capital simbólico na cidade de Goiás.

Mesmo sem acesso a esse documento público e nem leitura de seu significado pleno, a coletividade ressentida da distribuição desigual de oportunidades e dos efeitos simbólicos do capital – econômico, cultural, político e social. O patrimônio cultural, como um bem público, é uma modalidade de capital coletivo, que não é particular de agentes privados. No entanto, o controle e o acesso às vantagens materiais e simbólicas, inerentes a esse patrimônio social, são de domínio de agentes cuja legitimidade se estabelece pela incorporação de um *habitus*, expresso nos seus modos de ser e agir, por meio da eficácia de práticas correlatas ao apego às formas de vida ditadas pela tradição.

A centralidade do tradicionalismo, que rege o campo do patrimônio no microcosmo da cidade de Goiás, é dada pela importância das identidades pessoais dos agentes no espaço social que impõem distinções sociais e a divisão desigual dos efeitos simbólicos do patrimônio histórico. Essas identidades são conferidas pelo realce do nome de família, pelos laços de parentesco e extensão da família patriarcal e sua hierarquia, bem como pela expressão política que se traduz na forma histórica da oligarquia, indissociável da defesa e da preservação do patrimônio histórico.

Referência bibliográfica

BALÁN, Jorge. **Introdução** In: Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro. São Paulo: Difel 1974.

BECKER, Howards S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERTRAN, Paulo. *O Olhar Alheio e o Próprio Umbigo*. In: CHAUL, Nasr Fayad. **Da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.

BITTAR, Maria José Goulart. **As três faces de Eva na cidade de Goiás**. Goiânia: Kelps, 2002.

BOBBIO, Norberto, et all. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1992.

BORBA, Odiones de Fátima. **Cidade de Goiás: formas urbanas e redefinições de uso**. Dissertação apresentado ao Mestrado em Geografia. Goiânia: 1998

BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero 1983.

_____ **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____ **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1998.

_____ **As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____ **Razões práticas – sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BROWN, Rebeca M. **The cemiteries na the suburbs – Patna's challengers to the colonia city in Sout Africa**. Journal of Urban History. Vol 29, 2003.

CANCLINI. Néstor García. **Cultura híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997.

CARTA DE GOIÁS. **1º Encontro Nacional de Cidades Históricas**. Cidade de Goiás 05 de dezembro 2003.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ **O poder da identidade – volume II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.

_____ **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Goiânia: Cegraf – UFG 1988.

COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano.** Dissertação. Goiânia: UCG 1996.

_____ **O espaço urbano em Vila Boa: Entre o erudito e o vernacular.** Goiânia: Editora UCG 2001

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory.** Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

DELGADO, Andréa Ferreira. **A invenção de Cora Coralina na batalha da memória** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.] 2003.

DOSSIÊ DE GOIÁS: **proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade.** Goiânia: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira – FUMPEL, CD-ROM, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil** Rio de Janeiro, UFRJ: IPHAN: 1997

FRAGA, Leila Miguel. **O Divino Espírito Santo na Cidade de Goiás: Uma Festa do Patrimônio e da Memória.** Dissertação de Mestrado – IGPA/UCG. Goiânia: 2003

GODOY, Renata de. **Plano de Gestão para o Patrimônio Arqueológico da Cidade de Goiás.** Dissertação de Mestrado – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia – UCG. Goiânia: 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE – **Base de Informações por Setor Censitário – Censo Demográfico 2000 – Resultado do Universo – Goiás – Goiás** – CD-ROM. Rio de Janeiro IBGE, 2002

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

JARDIM, Rosimar C.M. Veiga. **A geografia poética de memória popular: leitura de nomes e codinomes de ruas, becos, largos, praças e travessas da cidade de Goiás.** Monografia – Especialização. Cidade de Goiás, GO , 2001.

- JEONG, Won Sik. **The urban development politics of Seoul as a colonial city.** Journal of Urban History, Vol. 27 nº 2 January, 2001.
- LONDRES, Cecília. Inventário cultural: base para novas políticas de patrimônio. In: **Inventário nacional de referências culturais.** Rio de Janeiro: FUNARTE, Iphan, 2004.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo de carisma, uma histórica.** Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira. O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e os trabalhadores na Cidade de Goiás: 1830-1860. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). **Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás.** Goiânia: Ed. UFG, 1999.
- MORAES, Dominga Correia Pedroso. **Cidade de Goiás: patrimônio histórico, cotidiano e cidadania.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia– UFG. Goiânia: 2002.
- O BRASIL vê Goiás nascer. De: Pedro Ludovico Para: Getúlio Vargas. **O Popular.** Goiânia, Sábado, 5 de julho 1997.
- ORTIZ, Renato (org). Pierre Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.
- PALACIN, Luís. Quatro tempos da ideologia em Goiás. Goiânia: Cerne, 1986
- PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. História de Goiás. Goiânia: Ed. Da UCG 1989.
- PÉCLAT, Gláucia Tahís de Silva Campos. *O empadão goiano: expressão de valores e práticas tradicionais.* Dissertação de Mestrado – IGPA/UCG. Goiânia: 2003.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Italia moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RABELO, Francisco Chagas Evangelista. **O "Programa Forte" em Sociologia da Ciência: Um estudo de caso.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. São Paulo: 1993.
- RAYCHAUDHURI, Siddhartha. **Colonialism, Indigenous Elites and the Transformation of Cities in the Non–Western World: Amedabad (Western Indian) – 1890–1947.** Modern Asian Studies, 2001.
- REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução.** São Paulo: Pioneira, 2000.

RIBEIRO, Mirian Bianca Amaral. **Memória, Família e Poder:** História de uma permanência política - Os Caiado em Goiás. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

SENA, Custódia Selma. **Os dois Brasis:** um estudo do dualismo nas interpretações do Brasil. Brasília: Tese (doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, UnB, 2000.

SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima Dias de (org). **Goiás: Sociedade e Estado.** Goiânia: Cânone Editorial, 2004.

UPHOFF, Norman. El capital social y su capacidad de reducción de la pobreza. In: CEPAL – **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**, 2003, cap. IV p. 115–146.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociología comprensiva. Brasília, DF: UnB, 1994

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, **parentes e compadres** – colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo–Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

Apêndice

Levando em conta a proposição básica de que a definição da condição da Cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade resultou de um amplo processo de articulação de interesses locais e regionais, uma questão central pode ser representada pelas perguntas:

- a) **como o sistema de relações sociais se articula na produção de sentido de cidade histórica?**
- b) **Como são acionadas categorias tais como: valorização da história, da arte e da economia (turismo)? O que define o que merece ser preservado e assim instituído como monumento?**

Para tanto, proponho interpretar aspectos desse processo, considerando a idéia de *diferenciação do mundo social*, fundamentada no conceito de *propriedades atuantes* como princípio de constituição do espaço social.

A opção metodológica, concretizada na forma de questionário, busca apreender o sentido da constituição dos campos de forças que se estabelecem a partir das *posições relativas* dos agentes no espaço social. Para tanto, o inquérito busca apreender alguns elementos que permitam realizar uma análise objetiva da constituição do sentido de cidade histórica e de patrimônio da humanidade atribuída à Cidade de Goiás.

As *propriedades atuantes* se configuram pelas diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos: assim, o inquérito procura, nas respostas a serem dadas, apreender na forma de estatística

- a) o volume de capital simbólico dos integrantes da mostra, particularmente no tocante à posição que declara ocupar no campo cultural;
- b) a articulação do discurso, com base em elementos valorativos relacionados à Cidade de Goiás, expresso nas respostas ao questionário.

Os dados obtidos foram processados com a ajuda do software estatístico SPSS (SPSS Statistics).

Questionário 1

Questionário aplicado às pessoas que declaram ser da cidade de Goiás, mediante esclarecimentos e procedimentos protocolares da pesquisa

Identificação

Nome _____

Profissão: _____

Endereço: _____

Exerce alguma atividade na área relacionada ao patrimônio histórico? _____

Qual? _____

Em qual instituição? _____

1 – você participou de alguma atividade para que a Cidade de Goiás conseguisse o título de Patrimônio da Humanidade?

Poderia dizer que atividades foram essas?

2 – A região em que você mora na cidade faz parte do Patrimônio da Humanidade?

Sim

Não

A cidade inteira é considerada Patrimônio da Humanidade

3 – Você poderia citar alguns edifícios de Goiás que integram o que é considerado como Patrimônio da Humanidade?

a) _____

Poderia dizer por quê?

b) _____

Poderia explicar por quê?

c) _____

Poderia explicar por quê?

4 - Na sua opinião,

a) que todas as áreas e edifícios da cidade que mereciam entraram de fato na relação de Patrimônio da Humanidade?

b) ainda há áreas que precisam ser incluídas?

Quais _____

5 - Na sua opinião, como de morador da Cidade de Goiás, a concessão do título de Patrimônio da Humanidade tornou a cidade:

- a) melhor para viver
 b) pior para viver
 c) não melhor nem pior

6 - O título traz benefícios para a Cidade de Goiás?

- a) ajuda a cidade
 b) prejudica a cidade
 c) não traz nenhum benefício

7 - Com a concessão do título de Patrimônio da Humanidade para Goiás, a sua condição de vida:

- a) mudou para melhor
 b) ficou pior
 c) vai melhorar
d) pode ficar pior

Pode explicar por quê? _____

8 - O turismo traz benefícios para a Cidade de Goiás?

- a) traz muito benefícios
 b) Não traz benefícios
 c) prejudica a cidade

Você acha que ainda falta alguma coisa para melhorar a Cidade de Goiás, como Patrimônio da Humanidade? Por quê?

Questionário 2

Questionário aplicado às pessoas que declaram ser de fora cidade de Goiás, mediante esclarecimentos e procedimentos protocolares da pesquisa

Os dados obtidos foram processados com a ajuda do software estatístico SPSS (SPSS Statistics).

Identificação

Nome _____

Profissão: _____

Cidade de origem: _____

E-mail _____

Instituição: _____

Exerce alguma atividade na área relacionada ao patrimônio histórico? _____

Sim

Não

Em caso positivo, quais?

1 – você participou de alguma atividade para que a Cidade de Goiás conseguisse o título de Patrimônio da Humanidade?

Sim

Não

Poderia dizer que atividades foram essas?

2 – Você poderia citar alguns edifícios de Goiás que integram o que é considerado como Patrimônio da Humanidade?

a) _____

Poderia explicar por quê?

b) _____

Poderia explicar por quê?

c) _____

Poderia explicar por quê?

3 - Na sua opinião,

a) que todas as áreas e edifícios da cidade que mereciam, entraram de fato na relação de Patrimônio da Humanidade?

b) ainda há áreas que precisam ser incluídas?

Quais? _____

4 - Na sua opinião, a concessão do título de Patrimônio da Humanidade tornou a cidade:

- a) melhor para viver
- b) pior para viver
- c) não melhor nem pior

5 - O título traz benefícios para a Cidade de Goiás?

- a) traz benefícios para a cidade
- b) prejudica a cidade
- c) não traz nenhum benefício

6 - Com a concessão do título de Patrimônio da Humanidade para Goiás, a condição de vida dos moradores:

- a) mudou para melhor
- b) ficou pior
- c) vai melhorar
- d) pode ficar pior

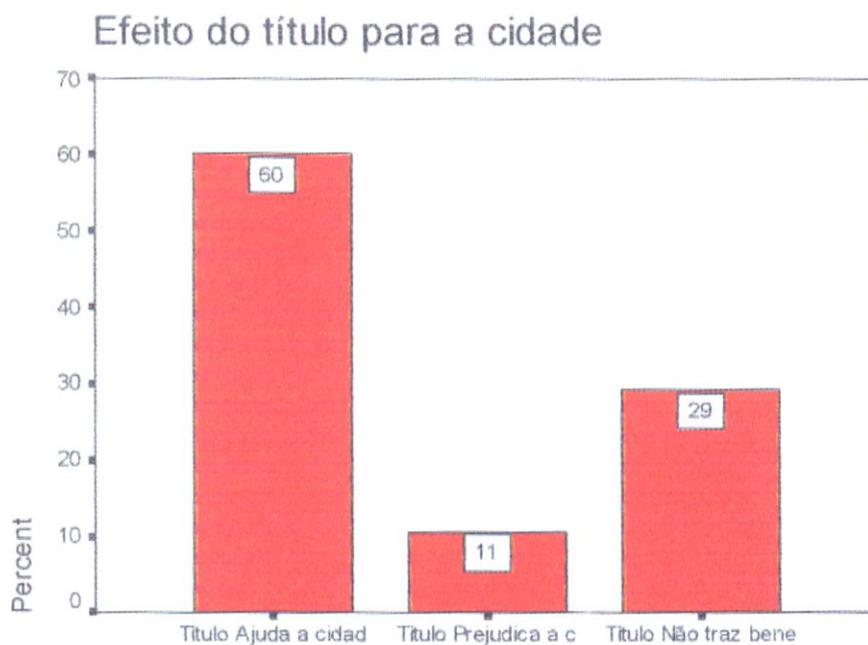
Pode explicar por quê? _____

7 - O turismo traz benefícios para a Cidade de Goiás?

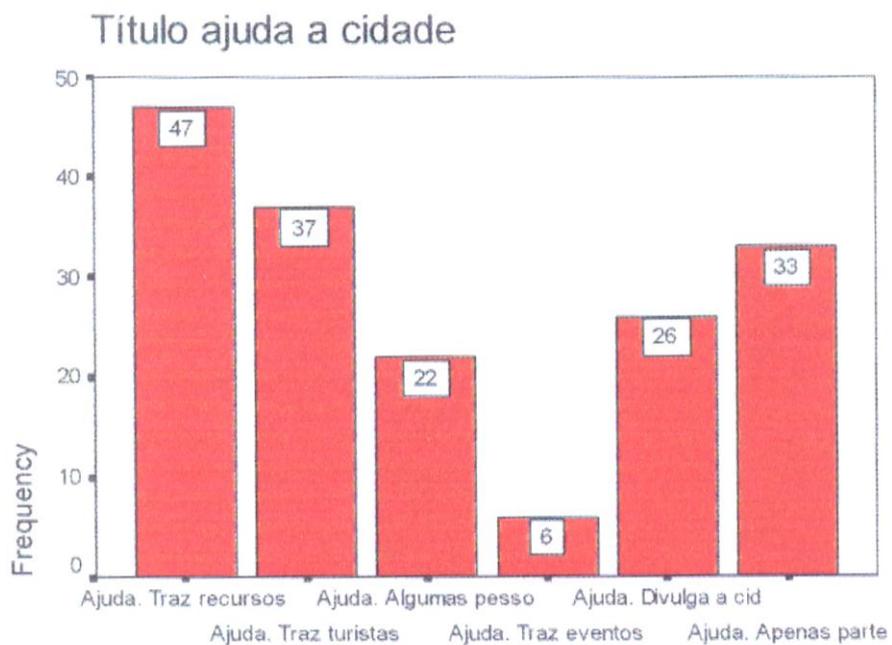
- a) Traz muito benefícios
- b) Não traz benefícios
- c) Prejudica a cidade

Você acha que ainda falta alguma coisa para melhorar a Cidade de Goiás, como Patrimônio da Humanidade? Por quê?

Respostas processadas software estatístico SPSS (SPSS Statistics)



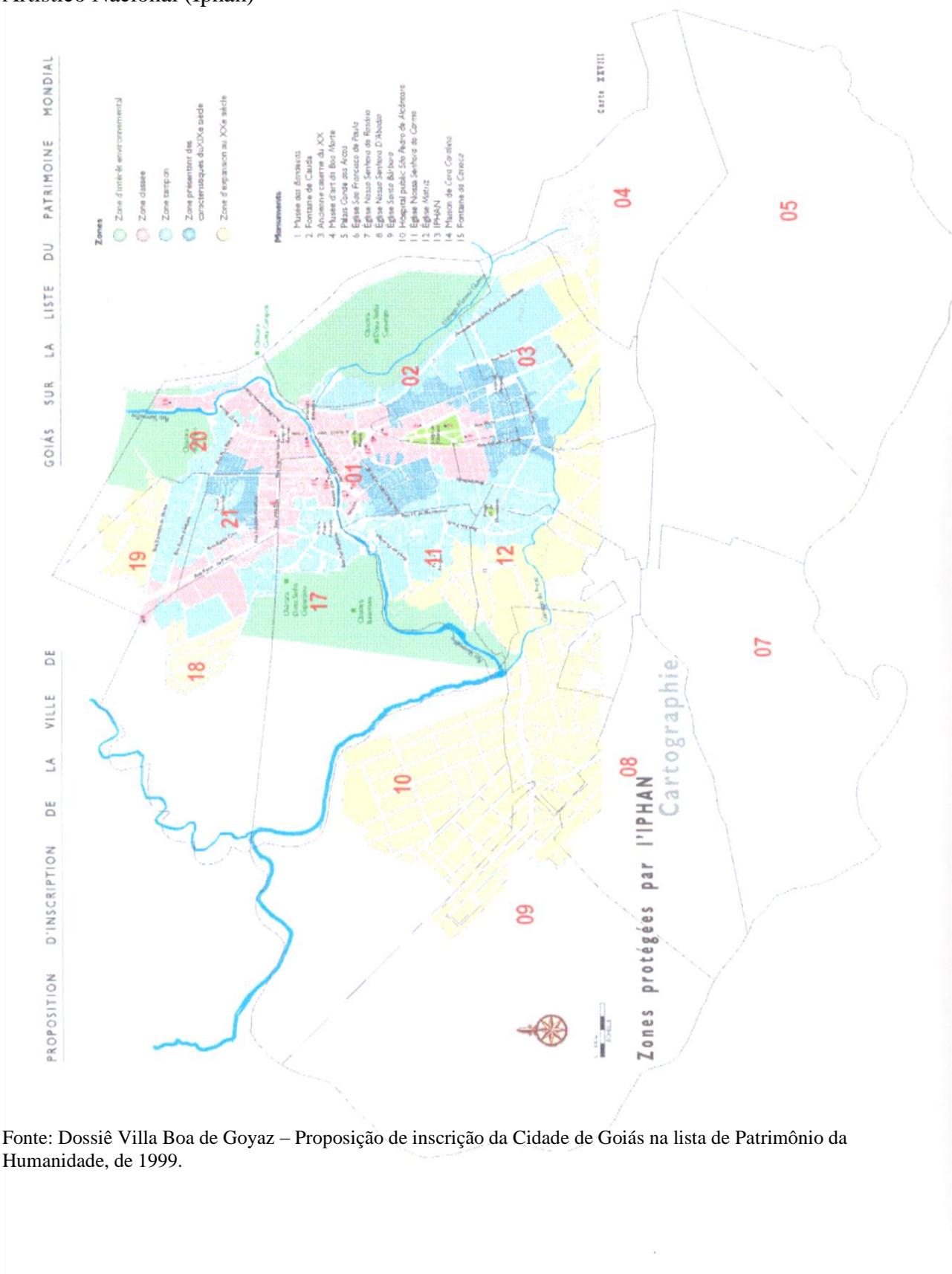
Efeito do título para a cidade



Título ajuda a cidade

Anexo

Mapa de da Cidade de Goiás: zona protegida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)



Fonte: Dossiê Villa Boa de Goyaz – Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista de Patrimônio da Humanidade, de 1999.